

VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE NO BRASIL



© cintia barenho

MIRIAM NOBRE (ORG.)
ANDREA BUTTO
FERNANDA SUCUPIRA
FERNANDA KALIANNY MARTINS SOUZA
IGOR SCARAMUZZI



VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE NO BRASIL

2ª edição

São Paulo, setembro de 2018

sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

Violência e desigualdade no Brasil

Publicação da SOF Sempre Viva Organização Feminista

Organização

Miriam Nobre

Textos

Andrea Butto, Fernanda Sucupira, Fernanda Kalianny Martins Souza, Igor Scaramuzzi

Edição de texto

Dandara Edição e Fotografia Ltda

Foto da capa

Cíntia Barenho

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Parceria

CPI - Comissão Pró-Índio

Apoio para pesquisa e publicação

Christian Aid

Esta obra foi licenciada com uma Licença  *Creative Commons – Atribuição –
Uso Não Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 4.0 Internacional.*

SOF Sempre Viva Organização Feministas

Rua Ministro Costa e Silva, 36

Pinheiros – São Paulo/SP

CEP 05417-080

(11) 38193876

www.sof.org.br

sof@sof.org.br

SOF Sempre Viva Organização Feminista

N754 Violência e desigualdade no Brasil / Miriam Nobre (Org.), Andrea Butto, Fernanda Sucupira, Fernanda Kalianny Martins Souza, Igor Scaramuzzi. 2ª edição. São Paulo: SOF, 2018. 86p.

ISBN 978-85-86548-32-1

1. Feminismo 2. Sexualidade 3. Violência 4. Quilombo
I. Título

VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE NO BRASIL

- 7** APRESENTAÇÃO
- 11** VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE:
CONEXÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO
ANDREA BUTTO
- 31** ESTUDO DE CASO 1:
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES JOVENS
EM ESPAÇOS PÚBLICOS
FERNANDA SUCUPIRA
- 51** ESTUDO DE CASO 2:
PERCEPÇÕES SOBRE SEXUALIDADE, GÊNERO
E VIOLÊNCIA ENTRE LGBTs
FERNANDA KALIANNY MARTINS SOUSA
- 67** ESTUDO DE CASO 3:
A RESISTÊNCIA DOS QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ
À MINERAÇÃO
IGOR SCARAMUZZI
- 83** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Durante 2016, a SOF Sempre Viva Organização Feminista realizou um estudo com o objetivo de melhor perceber as conexões entre violência e desigualdade no Brasil, a partir das dimensões de gênero, raça e sexualidade. O estudo nasceu de uma proposta feita pela Christian Aid para refletir sobre os mecanismos que articulam essas duas estruturas marcantes no nosso país. Assim o processo de reflexão teve aporte de outras organizações parceiras como o (Movimento dos atingidos por barragens) MAB, o Serviço Anglicano de Diaconia Desenvolvimento (SADD) e a elaboração contou com a contribuição da Comissão Pró-Índio CPI-SP.

Por meio da captação e análise de dados estatísticos, o estudo revela que as ações para a redução das desigualdades identificada no período de 2003 a 2013 não foram suficientes para conter o crescimento da violência que o país vivencia nas últimas três décadas. A redução das desigualdades foi resultado de uma agenda mais inclusiva do Estado brasileiro, especialmente de combate à pobreza. Expressou-se na política de valorização do salário mínimo, formalização do emprego, segurança alimentar, aumento da renda e da participação no mercado de trabalho, além da ampliação dos serviços públicos. Isso teve um impacto importante na redução da pobreza das mulheres e da população negra, o que se soma a uma maior aceitação social das relações homoafetivas. As desigualdades, no entanto, ainda persistem e ganham expressão em distintos campos da vida social.

A tendência de aumento da violência existente no Brasil desde os anos 1980 não regrediu no novo contexto de diminuição das desigualdades. É o que podemos constatar a partir dos dados sobre homicídios, agressões, conflitos e acesso à Justiça, bem como do alarmante aumento do encarceramento da população brasileira. Nesse sentido, a violência aparece como mecanismo de manutenção da ordem e perpetuação das desigualdades.

Entre as mulheres, são as negras, jovens, menos escolarizadas e com filhos as que predominam como vítimas; entre a população negra, os homens jovens e com menor escolaridade e renda são os mais atingidos; e na população LGBT, são os homens negros e jovens os mais vitimados pela violência homofóbica.

Entre as mulheres, a violência é majoritariamente doméstica, praticada por pessoas conhecidas, e o tipo predominante é a violência física. Entre a população negra, ocorre entre pessoas conhecidas, mas não entre cônjuges e amigos, além da cometida por desconhecidos. Já entre a população LGBT, a violência ocorre nas vias públicas e é cometida principalmente por desconhecidos ou vizinhos.

Existe hoje no Brasil uma ofensiva conservadora que resulta no recrudescimento da violência contra as mulheres e a população negra, no controle do corpo e da sexualidade, e no cerceamento dos direitos territoriais das comunidades tradicionais, como mostram os três estudos de caso que fazem parte desta pesquisa.

O primeiro deles, sobre violência contra mulheres jovens em espaços públicos, mostra como o medo do estupro e de outras formas de violência limita a liberdade e a circulação das mulheres pela cidade; e como outras formas de violência como a desqualificação intelectual as oprime nas universidades. O segundo, a respeito das percepções sobre sexualidade, gênero e violência entre LGBTs, revela que desde a infância essas pessoas enfrentam diferentes formas de violência e discriminação, seja na escola ou no ambiente familiar; a rua e os lugares públicos aparecem como os espaços mais perigosos para essa população.

O terceiro estudo de caso, coordenado pela CPI-SP, trata das comunidades quilombolas de Oriximiná, no Pará, que resistem aos projetos da Mineradora Rio do Norte (MRN) em seus territórios tradicionais. As desigualdades econômicas, sociais e de poder cerceiam suas possibilidades de influenciar decisões que afetam suas vidas, mesmo em processos que se pretendem democráticos, como a consulta livre, prévia e informada. Esse processo tem sido marcado por uma violência estrutural que produziu sérios danos aos quilombolas: conflitos e divisões internas, insegurança e perturbação da paz.

A metodologia do estudo se iniciou com uma aproximação ao tema violência e desigualdades de forma mais ampla no Brasil, por meio da captação e análise de estatísticas, disque-denúncias, pesquisas de opinião, sistemas de dados de organizações da sociedade civil. Em seguida, buscamos aprofundar a dinâmica da violência a partir de sua expressão pública em cada um dos grupos pesquisados e, posteriormente, por meio da realização dos três estudos de caso acima relatados. Todos eles tomaram como ponto de partida a dimensão coletiva e pública da articulação entre violência e desigualdades.

O texto de análise estatística e as propostas para os estudos de caso foram apresentados em um seminário realizado em agosto de 2016 que contou com a participação de 16 mulheres e 3 homens das regiões sudeste e nordeste do país. Este seminário levantou questões a serem aprofundadas e pontos de diálogo entre as diferentes situações analisadas.

Cada um dos estudos de caso foi realizado com metodologias distintas. O estudo sobre violência contra mulheres jovens em espaços públicos, realizou um levantamento das principais pesquisas quantitativas e qualitativas dos últimos anos que abordassem de maneira específica a violência contra mulheres jovens, universitárias ou da periferia, e realizou grupos focais com mulheres de 18 a 29 anos. Com a população LGBT, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados um questionário online e entrevistas em grupo. O estudo junto à comunidade quilombola de Oriximiná tomou como referência outro recurso de pesquisa qualitativa, a etnografia. As opções metodológicas adotadas foram definidas a partir de escolhas que permitissem obter maior alcance. Como já foi dito, a pesquisa privilegiou a violência a partir de sua dimensão pública, considerando os distintos espaços, instituições, assim como a prática individual ou coletiva das agressões.

No caso das mulheres, os perpetradores são os homens individualmente, nas ruas, no transporte público, no ambiente universitário ou nos locais de socialização dos estudantes. Assim, nosso olhar se dirigiu para violência sexual que, além de ocorrer majoritariamente no espaço público, é praticada na maioria das vezes por agressores desconhecidos. Essa perspectiva contribui para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas da violência, uma vez que a maioria dos estudos no Brasil costuma se referir a violência sexista majoritariamente praticada no espaço privado e por cônjugues e ex-cônjugues.

Como a violência não se restringe a sua dimensão pessoal, e também ocorre a partir das instituições públicas e privadas, nosso estudo procurou abordar a relação das universidades com a violência contra as mulheres, tema que ganhou expressão com a realização de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) sobre o assunto nos últimos anos. Veremos como, no período atual, a violência tem se agravado no ambiente acadêmico, justamente num momento de ampliação do direito à educação da população mais pobre e alvo de outras desigualdades, especialmente as raciais.

Nosso foco não se dirigiu apenas à violência física, nem à familiar. Procuramos explicitar como a violência, e sua articulação com as desigualdades sociais permeia distintos espaços e relações sociais. Veremos a seguir como a violência representa um claro instrumento de manutenção da ordem e adquire um papel importante na permanência das desigualdades sociais que atingem o corpo, o espaço público e os territórios.

A violência é uma forma de coação das pessoas, mas também da natureza. Ela se insere na dinâmica de exclusão de direitos territoriais e de acesso aos bens naturais. É o que nos mostra o estudo de caso sobre os conflitos ambientais que as comunidades quilombolas de Oriximiná enfrentam com uma empresa mineradora. Nesse estudo, mostramos as nuances da violência do setor privado e como essa alcança não apenas as pessoas, mas também as regiões onde elas vivem, especialmente no espaço rural e nos territórios de comunidades tradicionais. Como veremos, elas se tornam alvo de formas de expropriação por parte do setor privado.

Ainda que o Brasil tenha mudado muito no período recente com o aumento da ofensiva conservadora e estancamento do quadro de reversão das desigualdades, acreditamos que um olhar mais de longo alcance para trás nos auxilia a traçar estratégias de resistência e recolocar um horizonte de transformação.

As Semprevivas

VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE: CONEXÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

ANDREA BUTTO¹

A pesar dos avanços na redução das desigualdades sociais no Brasil nas últimas décadas, houve um aumento da violência que se mostrou eficaz como instrumento de produção das desigualdades, a exemplo do alarmante aumento de encarceramento da população brasileira resultante, entre outros problemas, do crime organizado.

Esse aumento também é resultado do afloramento de um conservadorismo que aparece como uma reação à ampliação de direitos e adquire distintas expressões, entre elas, o recrudescimento da violência contra as mulheres e contra a população negra incluindo aí o cerceamento dos direitos territoriais das comunidades tradicionais. Também um maior controle sobre o corpo e a sexualidade.

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as conexões existentes entre violência e desigualdade. Inicialmente abordamos as transformações sócio-econômicas e a violência de uma forma ampla, para em seguida a sua articulação as desigualdades de gênero, raça e da população LGBT. Populações que experimentaram avanços no período recente como resultado da ação coletiva e do maior reconhecimento por parte do Estado, com a constituição e implementação de políticas públicas dirigidas a essas populações, mas que também foram maior alvo da violência em nosso país.

Na análise realizada aqui nos valemos das estatísticas oficiais e utilizamos dados atualizados sobre as desigualdades sociais e a violência no Brasil, considerando as dimensões de gênero, raça

1. Antropóloga, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: al.zarzar@hotmail.com

e sexualidade. As estatísticas utilizadas dizem respeito aos dados nacionais disponíveis no IBGE, IPEA, no Sistema Único de Saúde (SUS), e no sistema nacional de segurança, além daqueles produzidos pelo poder judiciário. Os dados produzidos a partir de disque-denúncias e pesquisas de opinião também apoiaram a análise, além de algumas referências bibliográficas sobre o tema.

Nem todas as fontes acima referidas incluem dados sobre os grupos pesquisados e dentre os existentes a disponibilidade e qualidade dos dados são muito distintos entre si. As melhores fontes de dados se referem à violência contra as mulheres e a maior fragilidade encontra-se nos dados sobre a situação da população LGBT.

O período de referência desta análise compreende os anos de 2003 a 2013. Porém, nos casos em que o registro de informações recobre apenas uma pequena parte desse intervalo procurou-se estender a análise para os anos mais recentes.

AS TRANSFORMAÇÕES DAS DESIGUALDADES SÓCIOECONÔMICAS E SUAS CONEXÕES COM AS RELAÇÕES DE GÊNERO, ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E COM A SEXUALIDADE

Nas últimas duas décadas, o Brasil passou por grandes transformações que resultaram da redemocratização do país, do avanço das lutas dos movimentos sociais e da chegada ao poder de um governo do campo democrático e popular que por meio de uma agenda mais inclusiva do Estado brasileiro buscou combinar o crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais, especialmente o enfrentamento da pobreza por meio da política de valorização do salário mínimo; da formalização do emprego; das políticas de segurança alimentar; expansão do acesso à previdência, além da ampliação dos serviços públicos de educação, saúde e moradia. Essas medidas promoveram a redução da fome, o aumento da renda, ampliaram a participação no mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida.

O Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome como consequência da redução de 82% no número de pessoas subalimentadas entre 2002 e 2013. A pobreza extrema que atingia 25,5% da população brasileira em 1990 foi reduzida para 3,5% em 2015. A pobreza monetária, que registrava um índice de 25,5% na década de 1990, chegou a 7% em 2015. Um aspecto que vale destacar é a redução da pobreza crônica em todos os segmentos, incluindo o das famílias negras. Nesse grupo populacional, em 2002, a pobreza alcançava patamares próximos a 15% e, em 2014, esse percentual caiu para 1,3% (FAO:2016). Ocorreu ainda uma melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em quase todo o país e das condições de vida, como resultado das políticas sociais, entre elas as de transferência de renda.

As transformações registradas resultaram, no entanto, do que alguns autores caracterizam como uma estratégia dual, contraditória ou complementar, já que apesar desses avanços houve uma manutenção da concentração patrimonial, a exemplo da propriedade fundiária, do favorecimento de um modelo concentrador de produção (com ênfase no setor primário) e de uma política de juros altos na maior parte do período, que proporcionou ganhos no setor financeiro, além do estímulo a investimentos privados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC (BARBOSA: 2012).

Assim em que pesem os avanços obtidos, estes não se apresentam de forma homogênea no país. Dados indicam, por exemplo, que apesar de ter ocorrido uma diminuição significativa da desigualdade, quando comparada aos índices registrados nos anos 1980, em 1359 municípios das regiões Norte e Nordeste houve um aumento da desigualdade (FAVARETO, 2014).

Esses limites podem ser melhor compreendidos pela redução da pobreza não ter sido acompanhada de reformas estruturais, tais como a tributária, previdenciária, agrária e urbana, estas sim capazes de alterar a concentração da riqueza e de reverter as desigualdades sociais e econômicas, desde que articuladas para tal fim.

MUDANÇAS NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS

Vários indicadores socioeconômicos indicam uma melhora nas condições de vida das mulheres. Ao considerar o rendimento, por exemplo, podemos observar que aumentou significativamente. A renda média das mulheres mais que dobrou entre 2003 e 2013: passou de R\$ 163,40 para R\$ 377,20. Em 2004, os rendimentos das mulheres ocupadas correspondiam a 82,7% do rendimento dos homens e, em 2013, aumentou para 83,5%. Além disso, a diferença na remuneração de jornadas entre mulheres e homens diminuiu, passou de 7,1 horas menor, em 2004, para 5,3 horas menor em 2013, o que indica uma tendência de aproximação das jornadas em trabalho remunerado (ONU MULHERES:2016).

A proteção social das trabalhadoras também registrou avanços nesse período. Os dados relativos à evolução da proteção previdenciária da população ocupada (na faixa etária de 16 a 59 anos) indicam que se em 2003, 60,7% das mulheres contavam com essa proteção, em 2013, essa proporção se elevou para 72,3%. Apesar dos avanços das mulheres nesse campo, é importante destacar que a sua inserção no sistema previdenciário se caracteriza pela participação a partir de benefícios de menor valor, devido ao acesso delas às ocupações de menor renda e a ampliação da sua participação resulta também da ampliação da expectativa de vida entre as mulheres, assim

predominam as mulheres no acesso aos benefícios destinados à aposentadoria por idade, e de prestação continuada (BPC) destinado às pessoas com 65 anos ou mais, que têm alguma deficiência ou não têm condições de trabalhar e têm renda familiar per capita de até um quarto do salário mínimo (ONU MULHERES, 2016).

Outras mudanças importantes foram as registradas entre as mulheres rurais. Houve uma diminuição do trabalho não remunerado e uma redução dos fluxos de migração rural-urbano. O que alguns autores denominam como diminuição do ritmo da expulsão feminina tem sido associado às mudanças nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar do governo federal (MELO; SABATO:2009).

E NAS DESIGUALDADES RACIAIS, QUAIS FORAM AS MUDANÇAS?

Também podemos constatar importantes transformações nas desigualdades raciais em nosso país. Se considerarmos o índice Gini, por exemplo, podemos verificar que evoluiu de 56,6 em 2003 para 52,2 em 2011, entre a população branca, enquanto que, entre a população negra, a redução foi menor, passou de 52,3 para 49. (IPEA:2014).

Se em 2003 a população negra que residia em domicílios permanentes com renda domiciliar per capita menor ou igual a meio salário mínimo era equivalente a 67,81%, esse índice cai de maneira muito expressiva, atingindo um patamar equivalente a 37,25% em 2013.

Nos rendimentos há também ganhos muito importantes. Se em 2003 o rendimento real efetivamente recebido pela população negra equivalia a R\$ 921,32, esse valor se eleva para R\$ 1.397,42 em 2013. E a participação na população ocupada passa de mais 35 milhões em 2003, para 49 milhões e 428 mil, em 2013.

Também houveram mudanças relevantes na educação. Indicadores socioeducacionais Demonstram, por exemplo que, a taxa de analfabetismo, registrou uma queda de 16,9% para 11,5% no período em questão. O trabalho infantil e juvenil na população negra de 10 a 17 anos que só estudava passou de 74,15% em 2003 para 82,47% em 2013, e essa mesma população que só trabalhava passou de 4,15% para 2,43%.

O fato de os dados disponíveis sobre a população LGBT serem muito restritos nos impede de fazer uma análise das desigualdades que essa população enfrenta a partir das estatísticas oficiais. Podemos saber apenas que, pela primeira vez na história do país, a população que declara viver relações homoafetivas equivale a um total de 60 mil casais e a maioria são mulheres (53%). Elas e eles representam 0,1% do total de moradias e estão concentradas na região Sudeste (52%) (IBGE 2013).

Com os dados aqui descritos, percebe-se a importância das transformações pelas quais passou o nosso país e suas repercussões nas populações aqui investigadas, situação que não se expressa da mesma maneira no campo da violência na população brasileira e em particular entre as mulheres, negros e jovens, povos e comunidades tradicionais como veremos a seguir.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Nas últimas três décadas houve um aumento da violência no Brasil. Se as declarações de agressões físicas equivaliam a um total de 1% de pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 1988, e de 1,6%, em 2009 (PNAD 1988, 2009), no ano de 2013 numa população de faixa etária mais restrita (18 anos ou mais), a proporção da população vitimada pela violência se elevou para 2,5%. (IBGE:2014).

Esse aumento foi acompanhado de uma mudança na geografia da violência. Observa-se que os casos em áreas urbanas passaram de 87,5% para 91,2%, incremento um pouco mais acentuado do que o fluxo migratório rural-urbano, mas embora os dados da PNAD indiquem uma concentração em áreas urbanas, é importante destacar que alguns tipos de violência aumentaram no campo. Levantamentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), por exemplo, mostram como após a redução dos conflitos por terra no período pós-constituente, o aumento nos anos 1990 e, nos anos mais recentes, uma estabilização dos conflitos por terra e da violência no campo, (MEDEIROS:2014) para um retorno ao crescimento a partir de 2014, onde se registra um aumento de 36 para 61 em 2016. Evolução associada à expansão do agronegócio e à especulação fundiária, que exerceu especial pressão sobre povos e comunidades tradicionais. Quanto aos assassinatos no campo resultantes de conflitos fundiários, por exemplo, o país parecia viver uma situação relativamente estável entre 2005 e 2014 (38 e 36 mortes, respectivamente)

Altera-se também a composição dos grupos mais vulneráveis à violência. A distribuição entre os sexos indica um aumento das agressões à população feminina: em 1988 registrava-se um percentual de 39,8% e em 2009, se eleva para 42,9%. Aumenta também a violência contra a população negra. Se, em 1988, o percentual de negros equivalia a um total de 43,4%, em 2009, elevou-se para 58,2%, o mesmo ocorreu com a população jovem que em 1988, registrava um percentual de 9,9% de jovens entre 10 e 15 anos agredidos, e em 2009 um total de 14,2%.

Também houve uma transformação socioeconômica, gerada pelo aumento dos níveis de escolaridade da população alvo da violência, que promoveu melhorias no acesso à educação. Porém, embora positivas, tais melhorias foram insuficientes para retirá-los desse ambiente.

O perfil dos agressores também se alterou. Houve um aumento da violência cometida por agressores desconhecidos (de 36,4% para 38,9%) e consequentemente uma diminuição daquela cometida por parentes, cônjuge ou ex-cônjuge, e pessoas conhecidas (de 57,4% para 56,6%). Esse dado se reflete na diminuição da proporção das agressões na própria residência e um aumento em espaços públicos, tais como prédios comerciais e escolas, fato que pode ser associado ao aumento da violência contra a população negra, e especialmente contra os jovens negros, mas há particularidades entre algumas populações, tais como a violência contra a mulher que continua sendo seus parceiros íntimos.

VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E ACESSO À JUSTIÇA

Na América do Sul, nos últimos quinze anos houve uma redução das taxas de homicídio que resultaram de um período de crescimento econômico acompanhado da redução da desigualdade. Diferente de outros países que mantiveram altos níveis de desigualdade de renda e foram afetados por taxas de homicídio quase quatro vezes mais altas, esse avanço que não se registrou em nosso país.

No Brasil, em grandes cidades, áreas próximas a fronteiras nacionais e áreas de produção e/ou comercialização de drogas ilícitas, registra-se o crescimento da violência, situação semelhante a países de alto IDH na América do Sul e Central onde os efeitos da ação do crime organizado são mais forte do que a elevação dos níveis de desenvolvimento humano. Essa situação provocou um aumento da população encarcerada brasileira. Um fenômeno que tem sido apontado como uma medida de desigualdade. No país, entre 2005 e 2012 o crescimento foi de 74% e, se considerados os anos de 2000 a 2014, a elevação foi equivalente a 220,20%. Essa transformação tem lugar na economia e reconfigura as relações de gênero, classe e raça, como veremos a seguir.

Houve um crescimento de mulheres, jovens (18 a 24 anos) e negros entre os detentos do país. Uma população pobre que ainda não completou o ensino fundamental, embora no último período tenha aumentado o número de pessoas com ensino médio.

Ainda que tenha diminuído mais recentemente provavelmente em função da diminuição da pobreza, a maioria dos crimes é relativa a patrimônio (49%). Houve um crescimento dos crimes relativos a entorpecentes que, em 2014, respondiam por 25,3% do total de crimes. Como explica Belluzzo (2006), ela se origina na produção rápida de riqueza na forma de mercados subterrâneos e se expressa nos paraísos fiscais.

As pessoas aprisionadas por crimes de oriundos do tráfico de drogas cumprem uma pena de 4 a 8 anos (29%), sendo que uma parte significativa de presidiários cumprem pena de até 4 anos, e poderiam ter sua punição substituída por penas alternativas, mas a falta de assistência jurídica limita

esta possibilidade (BRASIL, 2014). Dados que nos levam a concluir pela necessidade de uma melhor articulação entre as políticas sociais e as relativas à segurança pública e ao judiciário, já que provavelmente o aumento da população carcerária está relacionado à falta de eficiências destas instituições.

É o que dizem os dados sobre a relação dessa população com o sistema de segurança pública, já que embora tenha havido um aumento da procura pela polícia, ainda é mais alta a proporção da população que não a procura. Há um temor de represálias, assim a prática mais comum é a solicitação de ajuda a terceiros e a resolução privada dos casos de violência.

Para além dos problemas registrados no sistema de segurança pública, houveram transformações no acesso à justiça e nos tipos de conflitos. Houve diminuição do acesso à justiça em áreas rurais passando de 23,7% para 13,8% de pessoas que foram atendidas e das causas geradas por conflitos de terra e moradia. Diferentemente das áreas urbanas em que cresceram as causas geradas a partir de conflitos de prestação de serviços básicos e de infraestrutura: água, luz e telefone. (PNAD: 1988, 2009)

Também houve uma diminuição do acesso dos homens e, em proporções pouco significativas, uma elevação do acesso das mulheres no período mais recente (2009). Elas têm causas concentradas na área da família, terra e moradia. Na população negra aumentou o acesso à justiça e os conflitos se concentram na área da família. Também houve uma diminuição do acesso à justiça entre a população jovem. Quando analisadas as áreas de conflito, podemos constatar que houve um aumento das causas trabalhistas e uma diminuição dos conflitos criminais, de família, além dos conflitos por terra ou moradia.

A justiça também perdeu eficácia no período considerado e se mostrou mais lenta na resolução dos conflitos para toda a população¹.

Vejamos essa condição nos grupos sociais selecionados aqui para análise

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

A violência contra as mulheres, como já dissemos, registra crescimento no Brasil e ganha novos contornos em função de diferenciações geográficas e da composição racial e geracional, como mostram os dados e as reflexões sobre essa evolução nos casos de homicídios e demais práticas de violência.

Para abordar o feminicídio, que segundo a Lei 13.104/2015 equivale “à prática do homicídio contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, e envolve violência doméstica ou familiar, ou menosprezo e discriminação à condição da mulher”, é importante inicialmente

atentar que os dados sobre homicídio são utilizados como uma aproximação das ocorrências de feminicídio já que o país ainda não têm estatísticas específicas na área.

Mais de 106 mil mulheres no país foram vítimas de homicídio entre 1980 e 2013, o que equivale a cidades como Americana ou Presidente Prudente (SP). O aumento no período foi equivalente a 25% (de 1.353, em 1980, para 4.762, em 2013) e entre 2003 e 2013 a proporção se elevou para 21% (de 3.937 para 4.762).

O maior aumento se deu na região Norte, seguida da região Nordeste. (MAPA DA VIOLÊNCIA:2015). Os municípios de pequeno porte, espalhados no território nacional, são as áreas de maior incidência. Dentre os 30 municípios com maior número de casos, destacam-se os estados de Espírito Santo, Bahia e Pará, mas, se consideramos o número de municípios distribuídos pelos estados da federação, podemos perceber uma maior concentração na Bahia, seguida de Goiás e do Espírito Santo, ou seja, também estão presentes fora da região norte e nordeste. (MAPA DA VIOLÊNCIA:2015).

A composição racial e geracional dos homicídios cometidos contra as mulheres indica claramente a articulação das desigualdades de gênero, raça e geração. Assim, ao comparar negros e brancos no período de 2003 a 2013, evidencia-se que a proporção de mulheres brancas diminuiu passando de 1.747 para 1.576, e entre as negras aumentou de 1.864 para 2.875 e essa diferença é acompanhada de distinções segundo as regiões do país. Se entre as brancas, os homicídios concentram-se na região Sudeste e Sul do país, já entre as negras, no Nordeste e Norte, especialmente nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará e Amazonas.

As mulheres mais vitimizadas são as jovens, as faixas etárias que concentram o maior percentual de homicídios é de 20 a 29 anos e de 15 a 19 anos. Perfil semelhante para as demais formas de violência que, no período entre 2009 e 2014, segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAM), concentrava a violência entre os 20 e 29 anos, seguida da faixa etária de 30 a 39 anos, e de 15 a 19 anos. Embora em um número muito expressivo de casos, a variável relativa aos anos de estudo tenha sido ignorada, a maior incidência se encontra entre pessoas que cursaram da 5ª à 8ª série, seguida de pessoas que cursaram o ensino médio completo, ou seja, tratam-se de mulheres jovens e pobres.

Segundo essa fonte, a predominância dessa violência ocorre entre mulheres negras com baixo grau de instrução e residentes em áreas urbanas. A sua maioria não depende financeiramente de seus maridos ou companheiros, mas uma proporção significativa sim.

Segundo dados do SINAM (2009; 2014), o tipo de violência com maior frequência é a física, seguida da psicológica ou moral e da sexual, informação também confirmada pelo disque denúncia da

ex-SPM, o ligue 180². Tratam-se de violências que ocorrem principalmente em relações heteroafetivas, praticadas principalmente pelos companheiros, cônjuges e ex-cônjuges, seguidos de familiares (filho, enteado, irmão e pai) e de pessoas externas à família, especialmente vizinhos e conhecidos. Os casos de violências cometidas por desconhecidos também aparecem, mas em menor proporção.

Em relação ao estado de ocorrência dos casos notificados de violência contra as mulheres, entre 2009 e 2014, verifica-se que a maior incidência está em São Paulo (112.170), seguido de Minas Gerais (63.503) e Rio Grande do Sul (36.768). Os dois primeiros estados são os mais populosos do país e o terceiro ocupa o quinto lugar no ranking dos estados nessa condição.

As preocupações com o aumento da violência contra as mulheres num contexto de avanços legislativos e no Estado na área, levaram à realização de pesquisas de opinião e evidenciaram que 66% das mulheres acham que a violência aumentou (Data Senado: 2011).

A literatura sobre violência contra as mulheres, e sobre homicídios em particular, tem apresentado uma reflexão sobre o aumento da violência e sua relação com as desigualdades. Assim, Gomes (2014) aborda o que denomina como seletividade da violência em função de sua associação com a pobreza, a precariedade urbana e a criminalidade³. Ao indicar essa seletividade, explica essa característica a partir de comparações internacionais, tais como a tendência mundial, segundo a qual, onde são altas as taxas masculinas, também são as taxas femininas. Situações associadas a contextos violentos protagonizados por grupos criminosos formados majoritariamente por homens que atingem também as mulheres, devido à ampliação da vulnerabilidade e ao baixo desenvolvimento humano e econômico.

No Brasil, segundo Gomes (2014), ocorre da mesma forma, já que em grandes cidades, em áreas próximas a fronteiras nacionais, e áreas de produção e/ou comercialização de drogas ilícitas registra-se o crescimento da violência.

VIOLÊNCIA E CRIME

Em junho de 2014, as mulheres representavam 6,4% da população carcerária, totalizando 607 mil detentas. Esse percentual, embora pequeno no universo da população encarcerada do

2. Segundo o ligue 180 a violência física representa mais da metade dos relatos (56,72%), seguida da psicológica (27,14%), moral (10,16%) e sexual (2,32%). O cárcere privado e tráfico de pessoas representaram 1,32% dos relatos.

3. Segundo a autora "... o reconhecimento da distribuição desigual da violência letal contra as mulheres desestabiliza uma importante assertiva compartilhada por boa parte dos estudos sobre violência contra as mulheres, segundo a qual uma das principais características dessa violência seria a sua universalidade (...) sendo resultante direta da dominação masculina e da sociabilidade patriarcal, essa violência atingiria mulheres de todas as camadas sociais, faixas de idade e grupos étnico-raciais. O que os dados demonstram, porém, é que, em sua vertente mais grave, esse tipo de violência é tão "seletiva" quanto o é para as vítimas do sexo masculino, parecendo estar associada a contextos de pobreza e precariedade urbanas, bem como à presença da criminalidade urbana..." (Gomes, 2014, pg. 192).

país, está aumentando e em proporções maiores que a masculina (INFOPEM:2015)⁴. Entre 2000 e 2014 houve um aumento da população carcerária feminina: subiu de 5.601 para 37.380 mulheres. Um crescimento de 567% em 15 anos, o que contrasta com o aumento geral da população carcerária no mesmo período que foi equivalente a 220,20%. A distribuição dessa população no país indica que, entre os 11 estados com maior percentual de mulheres presas, seis são do Nordeste, três do Sudeste e os demais do Norte.

Segundo dados do World Female Imprisonment List (2014), ao comparar os vinte países com maior população prisional feminina do mundo, calculada a partir do número de mulheres presas para cada 100 mil habitantes, o Brasil figura na sétima posição mundial, com uma taxa de 18,5 mulheres presas a cada 100 mil habitantes, ficando atrás de Tailândia (66,4), Estados Unidos (64,6), Rússia (36,9), Taiwan (23), Vietnã (22,2) e Myanmar (18,8). Ao calcular a taxa de aprisionamento de mulheres brasileiras na população feminina, obtemos uma taxa de 36,4 presas para cada 100 mil mulheres em 2014.

De acordo com os dados do Infopen Mulheres (2014), em geral, as detentas são jovens têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento.

O encarceramento feminino obedece a padrões de criminalidade muito distintos, se comparados ao masculino. Enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico de drogas, para as mulheres essa proporção chega a 68%. Por outro lado, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres.

Em relação à população total, o tráfico de drogas é o de maior incidência, respondendo por 27% dos crimes informados. No caso das mulheres, a maioria não está relacionada com as maiores redes de organizações criminosas, porém ocupam uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio. Muitas são usuárias e poucas exercem atividades de gerência no tráfico.

Apesar do aumento da população feminina encarcerada, o sistema prisional brasileiro não foi adequado para esse atendimento. Os estabelecimentos femininos figuram apenas entre os 7% do universo total de penitenciárias, assim, a maioria delas está cumprindo pena em presídios de composição mista⁵. Além disso, as condições de permanência são muito precárias, a exemplo do

4. De forma inédita em novembro de 2015 foi lançado o Infopen Mulheres – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, do Ministério da Justiça

5. destinações, há o indicativo da existência de 238 estabelecimentos mistos (17%) e 103 estabelecimentos femininos (7%), significando, assim, que a maior parte das mulheres está em estruturas mistas.

exercício da maternidade neste estabelecimento. Menos da metade dos estabelecimentos femininos dispunha de cela ou dormitório adequado para gestantes (34%). Nos estabelecimentos mistos, apenas 6% das unidades tinham espaço específico para a custódia de gestantes. Já quanto à existência de berçário ou centro de referência materno-infantil, 32% das unidades femininas dispunham do espaço, enquanto apenas 3% das unidades mistas o contemplavam.

Em consideração às informações apresentadas pelo Mapa da Violência e sua concentração nos municípios de pequeno porte, caberia uma análise mais detalhada da distribuição geográfica da violência, mas estando concentrada nas grandes cidades ou em pequenos municípios, os estudos mostram que a violência se concentra em áreas marcadas pela pobreza.

Conforme anunciamos anteriormente, um outro aspecto relativo à dinâmica da violência se refere à diminuição em algumas áreas como resultado da ação do Estado brasileiro e após a instituição de lei específica favoreceu a punição dessas práticas e a implementação de políticas públicas preventivas e de assistência às vítimas.

As políticas públicas, como as de segurança pública, as de controle de circulação de armas de fogo, bem como o crescimento econômico e políticas compensatórias para a baixa renda ganham destaque dessa evolução.

Assim, por exemplo, a análise comparativa do feminicídio no Brasil realizada pelo Mapa da Violência com referência em dois períodos: 1) 2003 a 2006 (antes da Lei 11.340 – Maria da Penha); e 2) 2006 a 2013 (depois da entrada em vigor da lei), nos leva a concluir por uma queda no crescimento do número de feminicídios no segundo período de 7,6% ao ano para 2,6% ao ano. Essa tendência também se confirma pelas informações geradas a partir do Ligue 180⁶, que entre 2006 e 2015 realizou 4.708.978 atendimentos com uma média anual de relatos de violência um pouco maior do que 55 mil⁷. A média anual entre 2011 a 2015 elevou-se de 69 mil para 250 mil denúncias, mas houve uma diminuição a partir de 2012, embora em 2015 tenha ocorrido um retorno à curva de crescimento.

Como se pode notar, a violência ganha dinâmicas próprias em contextos sociais distintos e pelas desigualdades de classe, raça e geração. Ainda, se avanços eram registrados na ação do legislativo e do executivo, no período atual de desmonte do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, a situação se agrava, como indicam os dados comparativos entre

6. As informações sistematizadas com base nas denúncias realizadas à Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, da Subsecretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo federal, também são relevantes para a compreensão da violência sexista. A central foi criada em 2005 e os dados sistematizados recobrem de abril de 2006 a dezembro de 2015.

7. Os dados indicam um número equivalente a 108.171 casos em 2010 e 88.685 casos em 2012

2014 e 2015, já que houve uma elevação de 54,40%, segundo denúncias atendidas pelo Ligue 180, e no caso da violência sexual, a elevação foi equivalente a 129%, passando de 1517 para 3.478 respectivamente.

A diferença encontrada entre homicídios e as demais práticas de violência referem-se à sua distribuição geográfica, já que assassinatos teriam uma interiorização em direção a pequenos municípios, portanto áreas rurais, e dentre as outras formas de violência, uma concentração registrada pelo SINAM e pelo Ligue 180 em áreas urbanas. Diferença que deve ser objeto de pesquisas posteriores, já que podem expressar problemas de subnotificação, o menor acesso da população rural aos serviços de saúde, o menor conhecimento por parte das mulheres rurais do Ligue 180 e até mesmo restrições de acesso ao sistema de telecomunicações.

VIOLÊNCIA, LEGISLAÇÃO E O SISTEMA JUDICIÁRIO

A grande ocorrência da violência contra as mulheres pode também ser entendida à luz da atuação do poder legislativo e judiciário. No Brasil apenas recentemente, em 2006, foi instituída legislação na área. Pesquisas mostram como há uma percepção entre as mulheres (60%) de uma melhoria na proteção às vítimas após a criação da Lei Maria da Penha e um aumento na proporção de mulheres que declaram já ter ouvido falar na referida lei (de 83% em 2009 para 98% em 2011). Mas conhecer a lei não significa que as vítimas denunciem a violência às autoridades, já que há o medo de exposição aos agressores e a maioria (64%) considera que não poder retirar a queixa na delegacia faz com que a denúncia deixe de ser efetivada e também considera que a nova interpretação da Lei Maria da Penha em 2011, por parte da Corte do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que considerou que os casos de violência contra a mulher eram compatíveis de tratamento nos juizados especiais e permitiu a suspensão da pena quando a condenação for inferior a um ano⁸ enfraqueceu a lei (DATA SENADO, 2013).

Além disso, a impunidade continua predominando em nosso país. A recente publicação “O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha”, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, afirma que o índice de elucidação de crimes de homicídio é baixíssimo. Em 2011, variava entre 5% e 8%, muito abaixo do percentual de países como Estados Unidos (65%), Reino Unido (90%) e França (80%).

A maior vulnerabilidade das mulheres frente à violência pela ausência de legislação, até um período recente, assim como pela ausência de políticas públicas na área até pouco tempo atrás,

8. Nesses casos, pode ocorrer uma troca da prisão por uma pena alternativa ou pode-se suspender o processo.

adensava-se com a precariedade da atuação do poder judiciário. Em tempos de golpe parlamentar e desmonte das políticas para as mulheres, o cenário possível é do aumento dessas práticas.

A VIOLÊNCIA ÉTNICO-RACIAL

A evolução da violência no Brasil também inclui uma transformação importante quanto à sua composição étnico-racial e é determinada especialmente pelos contextos de pobreza, criminalidade e disputas territoriais envolvendo o agronegócio de um lado e, de outro, os Sem Terra, e os povos e comunidades tradicionais. O aumento da violência contra a população negra em nosso país pode ser verificado nas diversas formas de agressão praticadas⁹. Ao analisar a ocorrência de homicídios por exemplo, podemos perceber que em 2002 o número de homicídios foi de 45.997, enquanto em 2010 foi de 49.203. Assim, enquanto a proporção de brancos nesse universo diminuiu de 41% para 34,5% no período, a de negros passou de 58,6% para 65,1%¹⁰ (WASELFIZ, 2012).

Na população negra, a parte mais atingida é a juventude. Os jovens negros mortos passaram de 16.083 para 19.840, e em termos percentuais passaram de 62,2% para 69,1% no período referido. Ao analisar a distribuição por estado, percebemos que, se entre os brancos houve um aumento em 13 das 27 unidades federativas, a maior parte no Sudeste e no Sul do país, distribuição que se mantém quando analisado o período de 2003 a 2013, na população negra a violência só não aumentou em 6 dos 27 estados da federação¹¹.

O Nordeste ganha maior peso na prática da violência contra essa população, principalmente nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, em seguida o Sudeste, como a região que mais registra homicídios.

A esperança de vida ao nascer é um indicador sintético de mortalidade que combina uma série de fatores (desde o status socioeconômico até o acesso a serviços de saúde) e expressa o número médio de anos de vida que se espera que um recém-nascido vivo (IBGE, 2013). Trata-se também de um indicador de desenvolvimento e de desigualdades raciais, e tomando em conta as análises possibilitadas pelo Censo 2010, verificamos uma taxa maior de perda de expectativa de vida (quando são consideradas todas as violências letais – homicídio, suicídio e acidentes) entre homens negros (3,5%) do que entre homens não negros (2,5%). Se tomarmos apenas como referência os homicídios, observa-se uma diferença ainda mais significativa (1,73 homens negros contra 0,81 de não negros). Da mesma forma que outros indicadores, a esperança de vida ao nascer revela como a

9. Para abordar a violência contra a população negra, faremos uma análise dos homicídios a partir dos dados do SIM do SUS e da expectativa de vida ao nascer a partir dos dados do IBGE. As demais formas de violência são analisadas a partir dos dados do SINAM.

10. Em relação aos homicídios registrados, entre a população branca passaram de 18.867 para 14.047, e entre negros, de 26.952 para 34.983

11. A exceção fica por conta de Acre, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

desigualdades raciais se integram com as regionais, assim podemos entender porque a perda de expectativa de vida é mais elevada no Norte, Centro-Oeste e Nordeste. (IPEA, 2013)

Estudos apontam uma relação direta entre a violência e as desigualdades socioeconômicas dos negros. A menor instrução dos negros até o ensino médio indica maior índice de letalidade dos mesmos. Da mesma forma, os maiores percentuais de desemprego de negros do que de não negros seriam responsáveis pela ampliação de homicídios entre negros. Essa correlação também pode ser observada a partir dos aspectos positivos que marcaram transformações nas relações raciais no país, como nos indica o aumento da renda do trabalho entre negros e seus efeitos na diminuição a diferença da taxa de homicídios entre negros e não negros (IPEA: 2014).

AS DEMAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA

Mais de 720 mil notificações de violência em nosso país contra a população negra foram registradas no período de 2009 a 2014 (SINAM: 2009; 2014).¹² Dados disponíveis nessa fonte corroboram com as conclusões obtidas em outros estudos, segundo a quais a violência entre os negros concentra-se na população masculina, jovem (na faixa etária dos 15 e 19 anos e dos 10 a 14 anos) e de baixa escolaridade¹³ (SINAM: 2009; 2014).

Na população negra, os agressores são desconhecidos e a força corporal, a ameaça e o uso de objeto perfurante/cortante se configuram como as formas mais habituais de praticar a violência.

O encarceramento também é uma realidade assustadora na população negra do nosso país, já que cresce mais do que a dos brancos (de 58,4% em 2005 para 60,8% em 2012) e está concentrada especialmente em dez estados: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Acre, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Pernambuco, ou seja, está presente nas distintas regiões do país.

Se consideramos a concentração da violência em regiões mais pobres e entre negros de menor escolaridade podemos novamente associar a violência com a pobreza e a criminalidade como aspecto definidor de uma compreensão da violência na população negra, realidade que ganha expressões mais intensas entre jovens do sexo masculino (BRASIL, 2014).

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

Os dados sobre a violência contra a população indígena são bem restritos e oriundos apenas

12. A única fonte de dados disponíveis sobre outras formas de violência que não a dos homicídios contra a população negra estão disponíveis apenas no sistema de saúde e são reveladoras da subnotificação já que no período de 2009 a 2014 foram realizadas mais de 720 mil notificações de violência em nosso país contra a população negra, mas houve uma maior incidência entre brancos, especialmente entre mulheres brancas.

13. Escolaridade predominante é da 1ª e 4ª série e da 5ª a 8ª série do ensino fundamental.

de organizações da sociedade civil - o Conselho Indigenista Missionário – CIMI e dão conta do assassinato de 42 índios em 2003 e uma elevação para 68 casos no ano seguinte, em 2015 passou para 137. Esse aumento inclui outras agressões para além dos homicídios e aumentam nos últimos anos: ameaças de morte e outras formas de ameaça, os abusos de poder e as lesões corporais¹⁴. As violências estão associadas às disputas territoriais, tais como a desintrusão de brancos em seus territórios, como pela homologação de suas terras (CIMI, 2015)

O encarceramento de povos indígenas também se encontra em tendência crescente, passou de 352 para 847 entre 2005 e 2012

VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT

A violência também ganha particularidades para a população LGBT, já que a vivência mais pública da sexualidade e o reconhecimento de parte dos seus direitos pelo Estado provocam uma reação conservadora com práticas violentas.

A partir dos dados do Disque 100¹⁵, podemos verificar que, entre 2011 e 2015, foram registradas 8.099 denúncias de violência contra a população LGBT. As denúncias de 2011 ocorreram em proporção bem inferior às do ano seguinte, em que o número mais do que duplicou: foram registradas 3.031 denúncias. Em 2012, encontramos doze unidades da federação que apresentam registros com um número superior a 100¹⁶. Esse quadro se altera significativamente em 2015, quando em apenas cinco estados da federação encontramos registros superiores a 50, e nem todos os estados mantêm sua maior frequência. Há uma concentração na região Sudeste, mas em proporções bem inferiores, e uma manutenção em apenas dois estados do Nordeste e um na região Sul¹⁷.

Nos anos seguintes, há uma diminuição, ainda que não de forma homogênea e, em 2015, o número de registros voltou a se elevarem três estados: Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro¹⁸.

14. As ameaças de mortes passaram de 11, em 2011, para 29, em 2014. Diversas formas de abuso de poder cresceram: passaram de 2 para 16 no período, um crescimento que também ocorreu entre as lesões corporais. Se, em 2011, eram 13, em 2014, passaram para um total de 18. Situação similar ocorreu com as várias formas de ameaças, que evoluíram de 13, em 2011, para 27 casos, em 2014

15. Os dados sobre a violência contra a população LGBT são bastante restritos. Neste relatório, apresentamos os dados obtidos junto à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) do governo federal, que sistematiza as denúncias do Disque 100 – um canal de comunicação com a sociedade. Foi criado em 1997 por organizações da sociedade civil e assumido pelo governo federal em 2003. O Relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil, de 2011 e 2012, e a atualização desses dados até 2015, obtida junto à SDH, analisam esses dados, que são complementados com o registro da violência pela imprensa, como a compilação realizada pelo Grupo Gay da Bahia.

16. Essa distribuição se apresenta nos estados na seguinte ordem decrescente: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Mato Grosso do Sul, Ceará, Goiás, Pernambuco e Maranhão

17. Em ordem decrescente temos as seguintes posições: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará e Paraná

18. Em 2015, das 324.892 chamadas recebidas, 42% foram denúncias de grupos de violação (criança e adolescente, pessoa com deficiência, pessoa idosa, LGBT, população em situação de rua, igualdade racial, violência ou discriminação contra a mulher). Desse total, 1,5% se referiu à população LGBT (Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016).

A violação mais recorrente no período analisado é a discriminação, seguida da violência psicológica e da violência física. É interessante notar que a violência psicológica é maior no período mais recente¹⁹.

Em relação ao perfil das vítimas por sexo, observa-se que, entre 2011 e 2015, a maioria das violações aconteceu com o sexo masculino. Em todos os anos que foram objeto desta análise a população jovem é a mais vulnerável à violência²⁰. Não se pode conhecer a identidade de gênero da população LGBTQT mais vulnerável à violência, já que essa informação é menos registrada que as demais²¹ e no Disque 100, não há registro de informações sobre violações entre gays, lésbicas e bissexuais entre 2011 e 2012. No caso das violações cometidas contra transexuais, podemos constatar um aumento entre 2011 e 2012²². A população que registra maior percentual de violações são os gays e há uma estabilidade em 2013 e 2015, variando de 24,5% para 23,1% respectivamente.

É grande número de registros em que não é informado o sexo e a raça dos agressores suspeitos. No período de 2011 a 2015, a maioria era do sexo masculino e os negros também predominavam. As violações ocorrem com maior frequência na rua, o que pode ser entendido pela maior recorrência de suspeitos desconhecidos, embora os vizinhos também figurem nesse grupo²³.

Não há dados específicos sobre encarceramento dessa população, mas é sabido que se trata de uma realidade vivenciada de modo distinto. O relatório da Anistia Internacional, por exemplo, indica que 59% das mulheres transexuais em prisões masculinas haviam sido abusadas sexualmente e diante dessas agressões no ambiente prisional, o confinamento solitário tornou-se a medida de proteção utilizada pelo sistema de segurança pública.

REFLEXÕES FINAIS

A redução das desigualdades no Brasil, nas últimas décadas, foi resultado de uma agenda mais inclusiva do Estado brasileiro em distintas áreas, especialmente de combate à pobreza e nas políticas específicas, como as de mulheres, dos negros e da população LGBTQT, ações que repercutiram de maneira positivas na vida desses grupos sociais. No entanto, é fato que as desigualdades

19. A partir de 2012, 2013 até o último ano aferido 2015

20. A faixa etária com maior incidência é a de 18 a 24 anos, seguida da de 25 a 30 anos. As demais faixas com alguma relevância se estendem até os 40 anos, mas em proporção muito inferior.

21. Em 2011, a identidade de gênero não foi informada em 89,8% dos casos; e, em 2015, esse percentual diminuiu para 43,31%. Apesar desse avanço, há ausência de informações para algumas categorias sexuais.

22. Entre as travestis, podemos perceber um aumento significativo nesses dois anos, mas uma estabilização dos percentuais nos subsequentes, que ficam oscilando entre 11,8% e 11,9%, com uma pequena variação em 2013 (11,5%).

23. Apesar disso, registra-se uma queda dos desconhecidos no período em análise: passou-se de 34,4% em 2011 para 20,5% em 2015. A mesma tendência de queda, em proporções ainda maiores, se registrou entre os vizinhos, que foram de 28,5% para 13,1% dos suspeitos. Incidências também recorrentes para o período são as do irmão e, em menor proporção, da mãe.

ainda persistem, ganham expressão em distintos campos da vida social, a exemplo do lugar marginal que esses segmentos ocupam na economia. Essas políticas foram insuficientes para a superação das desigualdades, e por isso é necessário avançar na elaboração e implementação de uma agenda mais estrutural de combate às distintas desigualdades.

A diminuição das desigualdades não interrompeu a tendência de crescimento da violência que se registra desde os anos 1980, fato que podemos atestar por meio dos dados sobre agressão física, homicídios e dentre outras formas apresentados neste artigo. Apesar de, ao longo das últimas três décadas, terem se instaurado políticas públicas de enfrentamento à violência no país que geraram resultados positivos, a diminuição da violência registrada no Brasil favoreceu a paz na população branca e masculina. Assim, há de se constituir uma política de enfrentamento e prevenção da violência que considere mais a fundo a dinâmica patriarcal, racista e homofóbica presente nas relações sociais em nosso país.

Para realizar esforços dessa natureza é necessário considerar as dimensões da violência, indo além de uma agenda setorial dirigida a esses grupos sociais e, partindo de uma visão integrada das distintas desigualdades envolvidas nessas vivências, construir uma estratégia eficaz para a prevenção e enfrentamento. Assim como a política nacional de segurança pública, por exemplo, que não contém uma estratégia de ação para lidar com as distintas expressões violentas das desigualdades sociais aqui abordadas, como no caso da população negra ou LGBT, ou que é frágil, como no caso das mulheres, que deverá integrar-se às políticas públicas específicas voltadas a esses segmentos.

Além do papel do Estado na redução das desigualdades estruturais, na prevenção e no combate à violência, é necessário defender o funcionamento igualitário do sistema judiciário, já que os índices de elucidação de crimes são baixos em nosso país, e que diminuiu também a presença da justiça especialmente na população rural e entre os jovens. Fato que talvez possa ser explicado pela ausência de capilaridade do sistema judiciário, e pela evolução do tipo de conflitos registrados.

No caso específico dos segmentos que foram objeto de análise neste artigo observa-se que apesar de não haver uma reversão estável da tendência de crescimento, em algumas situações, especialmente entre mulheres e a população LGBT houve uma pequena redução da violência no período recente, mas nos últimos anos constata-se um retorno da sua elevação. No caso das mulheres, a explicação lançada por várias pesquisas é a de uma diminuição associada à intervenção das políticas públicas de segurança pública e da instituição de uma legislação específica, que passou a proteger as vítimas e punir de forma mais severa os agressores. Já no caso da população LGBT, como os dados se referem apenas a denúncias e não registros de casos de violência, devemos ter maior cautela nas análises. A redução também é pequena e não indica necessariamente

uma tendência. Por esse motivo, é preciso seguir monitorando a evolução da violência e buscar entender sua dinâmica.

As reduções registradas e o retorno de elevação das taxas nos últimos anos são expressão da reação conservadora aos direitos conquistados e ao recuo nas políticas setoriais de combate à violência para os segmentos envolvidos, em função do desmonte atual das políticas públicas construídas nos últimos 13 anos.

É necessário atentar para o entrecruzamento das relações de gênero, classe, raça e geração, bem como para a sexualidade, na manifestação da violência, as configurações específicas entre os segmentos pesquisados. Não há nos entrelaçamentos existentes aqui referidos um mesmo padrão de comportamento, e por isso não é correto adotar conclusões lineares sobre a violência nestes grupos, análise que nos aproxima da compreensão da natureza consubstancial das relações sociais, já que há entrecruzamentos dinâmicos e complexos do conjunto dessas relações, que se constroem de maneira recíproca, integrando-se e estruturando-se numa totalidade, mas isso não implica que tudo está vinculado a tudo (HIRATA, 2014).

Assim entre as mulheres, são as negras, jovens, menos escolarizadas as que predominam entre as vítimas, também ocorre assim com as mulheres aprisionadas. Características comuns à violência contra negros e a população LGBTT, mas a violência entre as mulheres adquire uma dimensão privada, íntima que está relacionada ao peso das relações subordinadas que vivenciam em suas famílias, mas é importante atentar para as transformações em curso nessa dinâmica, já que como indicamos, aumenta de maneira assustadora a violência sexual e esta não se restringe ao espaço privado.

Entre a população negra não são as mulheres e sim os homens que prevalecem entre as pessoas agredidas. Também são jovens e com menor escolaridade e renda os mais atingidos, o que se explica pela maior vulnerabilidade à violência pública cometida por desconhecidos nesse segmento.

O aspecto comum entre negros e mulheres é o baixo poder aquisitivo, bem como níveis mais baixos de escolaridade, aspecto que não pôde ser verificado na população LGBT por uma ausência de informações a respeito disso no Disque 100.

Na população LGBT, são os homens negros e jovens os mais vitimados pela violência homofóbica e o lugar predominante destas práticas igualmente aos jovens e negros, ocorre em espaços públicos por pessoas desconhecidas, embora os vizinhos também figurem com uma frequência importante.

Também há características comuns na distribuição regional da violência. Ao analisar esse componente percebemos que a sua concentração se desloca do Sudeste para o Norte e o Nordeste entre os grupos sociais considerados para análise. Uma diferença pode ser encontrada apenas entre a população LGBT contra quem, no período analisado, a violência diminuiu em alguns estados do Nordeste e do Centro-Oeste e ganhou maior importância nas regiões Sudeste e Sul e no caso da violência contra as mulheres, associada a essa mudança no padrão de concentração regional, ocorre outra, o deslocamento das grandes cidades para as pequenas, e houve também um aumento dos conflitos fundiários no campo envolvendo povos e comunidades tradicionais e Sem Terra.

O mesmo não ocorreu entre negros e jovens, já que em que a violência predomina em áreas urbanas.

A redução das desigualdades impactou favoravelmente a população alvo da violência, já que se registra um aumento dos níveis de escolaridade, mas essas transformações não as retiraram do ambiente da violência e nem as afastaram da criminalidade. No período recente, as agressões se intensificaram em alguns segmentos aqui considerados e estão sendo alvo maior da criminalidade e do encarceramento causados por crimes envolvendo entorpecentes, e os conflitos tendem a enfrentar maiores dificuldades para a sua resolução, já que a justiça embora que um pouco mais próxima das mulheres e dos negros, se mostra menos eficaz e lenta na sua atuação e as alternativas jurídicas, incluindo aí o apoio que poderia ser dispendido para retirar parte desta população das penitenciárias.

Por fim, consideramos importante destacar a necessidade de se avançar na agenda de produção e qualificação das fontes de dados disponíveis no país. Atualmente, elas são muito escassas, principalmente quando se refere à população LGBT, a exemplo do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), que apenas registra casos de homicídios entre mulheres e negros, deixando de lado as demais formas de violência para as populações em análise aqui. Nem sempre as fontes disponíveis nos permitem análises mais completas sobre a realidade das populações envolvidas. Nas áreas onde se registram maiores avanços, como a saúde, há um problema expressivo de subnotificação, devido a falhas no atendimento prestado pelos serviços de saúde, que limita a segurança no uso desses dados. Avanços necessários para aprofundar a análise aqui proposta.

ESTUDO DE CASO 1:

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES JOVENS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

FERNANDA SUCUPIRA¹

“Liberdade para mim é isto: não ter medo”

Nina Simone

A violência contra as mulheres atinge majoritariamente as jovens, mas uma parte relevante dessa realidade, a que se dá em espaços públicos, não costuma receber a atenção merecida. Quando o tema é a violência contra as mulheres, enfatiza-se o predomínio da violência doméstica, em especial aquela cometida por parceiros ou ex-parceiros. Por outro lado, quando se fala de maneira geral sobre a violência em espaços públicos, o foco se coloca sobre os homens jovens e negros, suas principais vítimas. Negligencia-se no debate, assim, algo importante que as estatísticas trazem à tona: existe uma significativa violência em espaços públicos contra as mulheres, e ela é mais elevada entre as jovens – em especial entre as negras.

Por isso, neste estudo de caso, procurou-se saber como as mulheres jovens vivenciam as diferentes formas de violência – física, psicológica, sexual, moral, simbólica – nas ruas e no transporte público, nas periferias, nas universidades, nas festas e nos bares. Buscou-se conhecer as experiências, os sentimentos e as opiniões, assim como as estratégias de resistência e luta que desenvolvem para enfrentar essa realidade cotidiana.

1. Graduada em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Gênero e Igualdade pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB) e mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: fesucupira@gmail.com

Esta pesquisa mostra que o recrudescimento da violência contra as mulheres ganha contornos específicos quando se trata das jovens em espaços públicos, e está profundamente marcada por outras desigualdades, como as de raça e classe social.

METODOLOGIA

A partir dos dados sistematizados sobre violência e desigualdades, com recorte de gênero, raça, geração e sexualidade, foi feito um levantamento das principais pesquisas quantitativas e qualitativas dos últimos anos que abordassem de maneira específica a violência contra mulheres jovens, universitárias ou da periferia.

Em seguida, foram realizados grupos focais com mulheres jovens, de 18 a 29 anos. Esses grupos de discussão são uma técnica de pesquisa qualitativa exploratória que permite captar experiências e opiniões e revelar nuances do problema que os números não são capazes de mostrar. Ao todo, foram feitos três grupos focais, nos meses de julho e agosto de 2016:

1) O primeiro com dez militantes de movimentos feministas, partidos e movimento estudantil, de 20 a 28 anos, de diferentes estados do Brasil (Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Norte), que estavam reunidas em São Paulo para uma formação da SOF. A ideia inicial era de que fosse apenas um grupo de informantes-chave, para ajudar a levantar algumas questões a serem abordadas nos outros grupos, mas as experiências que elas próprias, e pessoas ao redor delas, haviam vivenciado se mostraram muito significativas para entender o quadro estudado. Ao longo do estudo, vamos nos referir a ele como o Grupo de Militantes;

2) O segundo com oito estudantes, de 20 a 25 anos, de universidades públicas fluminenses, sendo seis delas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) de Nova Iguaçu, onde se realizou o grupo. Esse campus foi criado em 2006, no processo de expansão das universidades federais brasileiras. Em termos de raça, quatro se identificaram como negras, uma como parda, duas como brancas e uma não se identificou. Todas eram solteiras e apenas uma delas tinha um filho. Três trabalhavam, duas estavam procurando emprego e três não trabalhavam. Apenas uma se locomovia com veículo próprio (carro ou moto) no dia a dia. Cinco ainda moravam com os pais. A renda familiar de todas era de até R\$ 6 mil, sendo que de seis delas era de até R\$ 4 mil. Ao longo do estudo, vamos nos referir a ele como o Grupo de Nova Iguaçu;

3) E o terceiro com onze mulheres, de 18 a 29 anos, moradoras da comunidade de Heliópolis e região, na cidade de São Paulo. Em termos de raça, cinco se identificaram como negras, três como pardas e três como brancas. Apenas uma era casada e tinha um filho, as demais eram

solteiras. Nove estudavam ou haviam estudado em faculdades particulares; as outras duas ainda não haviam ingressado em uma universidade. Quase todas cursaram o ensino fundamental e o médio em escolas públicas, somente uma em escola particular, com bolsa. No caso de seis delas, o grau de escolaridade do pai ou da mãe era fundamental incompleto. Oito viviam com os pais ou outros parentes. As onze estavam empregadas. Somente três delas se locomoviam com veículo próprio (carro ou moto). A renda familiar de todas era de até R\$ 6 mil, sendo que a de sete delas era superior a R\$ 4 mil. Ao longo do estudo, vamos nos referir a ele como o Grupo de Heliópolis.

ALGUMAS MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS JOVENS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

1. RUAS E TRANSPORTES PÚBLICOS

As violências que as mulheres jovens sofrem nos espaços públicos limitam enormemente sua circulação pelas cidades e comprometem sua liberdade de ir e vir. Constituem um mecanismo perverso de controle de sua presença nesses lugares: regulam onde elas podem e não podem estar, definem a que locais podem ter acesso.

De acordo com a pesquisa “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?”, de 2014, do Instituto Avon/Data Popular, 68% das jovens já receberam uma cantada que consideraram ofensiva, violenta ou desrespeitosa; 44% já passaram pela situação de um homem tentar tirar uma foto ou fazer um vídeo sem sua autorização; 33% já foram assediadas fisicamente em um transporte público. Para esse estudo, foram feitas entrevistas online com 2.046 jovens de ambos os sexos, de 16 a 24 anos, das cinco regiões do Brasil, em uma amostra nacional.

Já na pesquisa “Menina pode tudo - Como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E?”, realizada em 2015 pela Ênois – Inteligência Jovem, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog e o Instituto Patrícia Galvão, a palavra “rua” foi a mais citada quando questionadas sobre como a violência aparecia no dia a dia delas. O estudo, do qual participaram 2.285 mulheres de 14 a 24 anos, com renda familiar de até R\$6 mil, de 370 cidades brasileiras, também mostra que o espaço público é visto como um local onde não há segurança ou respeito pelas mulheres. Para elas, ir para a rua é uma aventura arriscada. A pesquisa revela que 94% das entrevistadas já foram assediadas verbalmente, e 73% delas consideram esse tipo de “cantada” ou elogio feito por desconhecidos um tipo de violência. Além disso, 77% foram assediadas sexualmente, sendo que em 72% dos casos a violência havia sido cometida por desconhecidos.

O medo é um elemento onipresente no cotidiano, um sentimento que cresce junto com elas e molda suas rotinas: medo de estupro, agressão física, assalto, assédio sexual ou verbal. O

principal temor manifestado pelas jovens que participaram dos grupos focais, sem dúvida, se refere à violência sexual, aquela que deixa marcas psicológicas muito profundas e traumatiza de forma permanente, ainda mais considerando que a culpa por esse crime muitas vezes recai sobre a própria mulher.

“O maior medo que tenho é de ser estuprada. Seria o único de todos que eu não conseguiria depois lidar com a situação. Do momento que eu saio de casa, eu só me sinto segura quando estou dentro do meu portão, e olhe lá”, jovem do Grupo de Heliópolis.

“Eu não sinto alívio nunca. Minha mãe já teve amiga morta vítima de estupro e eu tenho amiga que já foi estuprada. Não me sinto segura em lugar nenhum”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

Entre as entrevistadas da pesquisa “Menina pode tudo”, 90% já deixaram de fazer alguma coisa por medo da violência. Nos grupos focais deste estudo, elas relataram que, pelo simples fato de serem mulheres, muitas deixam de sair à noite, voltar para casa quando querem, entrar em determinados lugares, circular por algumas ruas, responder a cantadas, usar certas roupas, ir à academia, viajar sozinhas, estudar na faculdade que gostariam ou até mesmo cursar uma universidade.

“Fiz dois anos de Biologia, aí fui assaltada, o rapaz me xingou e falou que eu tive muita sorte que ele não fosse me estuprar. Tranquei a faculdade porque eu sentia medo, passei bastante tempo assustada com moto, com pessoas que andavam atrás de mim. Também deixei de sair, de andar na rua à noite, de usar alguma roupa que vai provocar. Minha mãe morre de medo, ainda mais depois desse episódio. Ela que me fez trancar a faculdade. Falou: ‘você não vai, faz o exame de novo em uma mais perto’. Abandonei a Biologia e fui pra Pedagogia”, jovem do Grupo de Heliópolis.

“Minha escola não é longe e eu queria voltar a pé, mas infelizmente um dia um homem me agarrou, eu tive que pular o portão, indo pra minha casa. E eu não achei que seria algo perigoso. Depois disso, passei a ir de transporte ou pedir pra um amigo meu esperar um ônibus comigo, pra poder voltar pra casa”, jovem do Grupo de Heliópolis.

Nos trajetos que percorrem no dia a dia, nas ruas e no transporte público, o medo se relaciona muito mais ao próprio corpo. Temem passar por lugares escuros, desertos, cheios de mato. Segundo elas, para se proteger, seu corpo fica constantemente enrijecido nesses caminhos cotidianos; elas são obrigadas a criar uma espécie de escudo, uma armadura contra possíveis ataques. Existe uma permanente sensação de vulnerabilidade por parte delas, como consequência da naturalização da violência.

Para usar o transporte público, escolhem roupas, horários e trajetos pensando nisso. São comuns os relatos de “apalpadas”, “encoxadas”, “dedadas”, e homens se masturbando nesses espaços.

Isso ocorre principalmente nas grandes cidades, onde frequentemente os percursos são longos e os meios de transporte, precários.

“Na quarta-feira eu trabalho e tenho que pegar o trem, então, eu nunca vou de vestido, sempre vou de calça, e mesmo assim com medo”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

“Muitas vezes, temos que pegar transporte público superlotado, em que as pessoas já têm um contato corporal, e que aproveitam para assediar, pra pegar. Dentro do transporte, têm caras que fazem as coisas mais absurdas, ficam se masturbando, dão ‘dedadas’, pegam no seio das mulheres”, jovem do Grupo de Militantes.

Muitas evitam fazer grandes deslocamentos por causa dos riscos envolvidos. Procuram não andar sozinhas e, às vezes, até deixam de sair se não encontram uma companhia para o trajeto. As participantes observam uma diferença grande de liberdade de circulação em relação aos homens da mesma idade. Os pais de muitas delas só as deixam sair se estiverem acompanhadas de amigos do sexo masculino ou do namorado; o mesmo não acontece com os irmãos, mesmo que sejam mais novos.

“Meu grupo de amigos tem três meninos e quatro meninas, e a gente não faz nada sozinha, tem a questão da tutela ali o tempo todo, depende deles pra se locomover. Se você tem uma figura masculina do seu lado, você transpõe um pouco mais de segurança pra quem vê e até mesmo pros seus próprios familiares”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

“Minha mãe fica muito segura quando eu namoro. É triste, na verdade, mas hoje eu consigo compreender o porquê, é a realidade”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

“Por ser mulher, eu tenho que ligar em casa pra pedir pro meu irmão cinco anos mais novo me buscar no ponto. Ele pode fazer o que quiser, e eu tenho certa limitação”, jovem do Grupo de Heliópolis.

Para várias delas, essa condição de dependência e falta de autonomia em que são colocadas é indignante:

“Isso me dá uma revolta muito grande, porque é muito ruim saber que você é dependente sem ser, porque você tem capacidade de ir e vir sozinha, porém, tem que estar sempre dependendo de alguém, porque tem um terceiro que pode vir e te agredir, é uma sensação muito ruim”, jovem do Grupo de Heliópolis.

As famílias se preocupam bastante com a segurança dessas jovens e, segundo elas, muitas vezes transmitem essa apreensão de forma excessiva, tolhendo sua liberdade. Vários pais e mães agem

como se elas devessem se restringir o máximo possível ao ambiente doméstico, para se proteger dos riscos iminentes de estar na rua.

As experiências que elas e suas amigas vivenciam, assim como as histórias divulgadas nos meios de comunicação, contribuem para aumentar ainda mais o medo e as limitações impostas em suas vidas. É frequente a ideia de que “a próxima pode ser você”.

“Meus pais me criaram falando que andar na rua de noite é perigoso, passa alguma coisa na TV, meu pai fala: ‘ó quem anda na rua de noite’. Eu fui ficando mais velha e isso foi se tornando um problema muito grande. A partir de uma idade, a gente começa a querer sair e eu tenho muito essa limitação, dá dez horas da noite começam a ligar mandando eu voltar. Teve uma época que eu não tinha medo de andar sozinha, no escuro, não estava nem aí, porém depois que eu comecei a ver fatos acontecerem, ouvir cada vez mais história e ver a mídia reproduzir cada vez mais, me deu uma insegurança muito maior e hoje tenho muito medo de andar na rua sozinha”, jovem do Grupo de Heliópolis.

“É por conta dessas coisas que a gente vive, das experiências que a gente ouve, que a gente aprende que não tem acesso à cidade. Se me mandar passar sete horas da noite no centro, eu entro em pânico”, jovem do Grupo de Heliópolis.

Tudo isso gera uma relação bastante desigual com o espaço público: em geral, os homens parecem se sentir muito mais à vontade para circular pelas cidades do que as mulheres. Eles estão tão confortáveis nesses locais que muitos se sentem no direito de abordá-las de forma agressiva.

2. UNIVERSIDADES

Na pesquisa quantitativa e qualitativa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, do Instituto Avon/Data Popular, de 2015, a universidade também aparece como um espaço de medo para as estudantes, em sua maioria jovens. Nessa pesquisa, foram entrevistados, por meio de questionário online e grupos de discussão, 1.823 universitárias e universitários de todo o país (60% mulheres e 40% homens), sendo 86% deles de 16 a 35 anos, 24% de instituições públicas e 76% de privadas.

Apenas 10% das entrevistadas relataram espontaneamente ter sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas, mas quando estimuladas com uma lista de violências, 67% delas reconheceram que foram submetidas a várias. Entre as alunas, 42% afirmaram que já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário, e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por esse motivo.

Se, na rua e nos trajetos, a violência contra as jovens se remetia principalmente ao corpo e à violência sexual, no ambiente universitário, por outro lado, ela se relaciona muito mais à desqualificação intelectual, uma violência moral e simbólica. Na pesquisa do Instituto Avon/Data Popular, 49% das mulheres afirmaram já ter sido vítima de desqualificação intelectual ou piadas ofensivas por serem mulheres, 19% dos estudantes homens admitem que já fizeram isso com alguma colega e 62% do total de pessoas entrevistadas conhecem casos que envolvem esse tipo de violência.

Em relação a agressões morais e psicológicas, 71% dos estudantes de ambos os sexos conhecem casos e 52% das entrevistadas já passaram por isso. Quanto ao assédio sexual, que inclui comentários com apelos sexuais indesejados, cantadas ofensivas e abordagens agressivas, 73% do total conhecem casos e 56% delas já sofreram esse tipo de violência.

Nos grupos focais, elas contaram que, tanto nas universidades quanto em cursinhos e escolas, sofrem assédio moral e sexual por parte de alguns professores, perseguições nas redes sociais e durante as aulas. Muitas vezes elas têm suas falas deslegitimadas, ouvem ofensas, xingamentos, desqualificações de suas ideias feministas. Relatam ainda casos de professores que fazem competição quanto a quem tem relações sexuais com mais alunas.

Segundo elas, as piadas machistas, racistas, classistas, lgbtfóbicas são constantes e abertas em sala de aula. Frases inaceitáveis, como «com esse vestidinho você pode fazer o que quiser na minha aula» ou “os portugueses conseguiram fazer filhos nas índias, mas não conseguiram meter a língua na cabeça delas”, já foram ouvidas por participantes da pesquisa.

“Eles têm a visão da mulher como corpo, você não é capaz de ter raciocínio, pensar bem, ter um pensamento político. Desde a escola, eu sempre fui apontada como corpo, você não é nada mais que isso. Um professor já me falou que se eu fosse me dar bem na vida ia ser pelo meu corpo”, jovem do Grupo de Heliópolis.

“Um professor de Filosofia falou que as meninas andavam como vadias na faculdade e depois ficavam reclamando dos estupros, que isso era palhaçada. Depois disso, os alunos até fizeram uma manifestação na aula dele, um apito”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

“Eu estava numa conversa pelo facebook com uma amiga, discutindo algumas coisas sobre feminismo, um debate super saudável, e o professor de Antropologia vinha entrando no meio e jogando várias piadinhas. Eu ignorei, aí teve uma hora que eu falei: ‘ah, amiga, eu vou sair com o meu namorado’. Aí ele falou: ‘olha, é feminista até se aninhar no colo do macho’. Dei uma resposta à altura, já tinha passado na matéria dele mesmo”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

Quando elas reagem às ofensas e piadas, são chamadas de loucas, violentas, agressivas e acusadas de ter mania de perseguição, de se vitimizar e fazer “mimimi”. Se alguma professora ou professor resolve apoiá-las, acaba sofrendo retaliações.

Também é frequente que alguns docentes falem para as mulheres que elas são incapazes, que não deveriam estar ali. Assim, muitas ficam inseguras no ambiente universitário e com baixa autoestima para as atividades acadêmicas. Algumas, inclusive, têm medo de cursar disciplinas de Ciências Exatas, pois quando chegarem na sala de aula os colegas serão quase todos homens e elas já sabem que vai haver violências por parte de alguns deles.

“Sofri assédio moral de um professor porque eu discordei dele na sala de aula. Ele foi super antiético, falou que quem fazia isso era burro. Ficou de frente pra minha cadeira e começou a me retaliar e falou absurdos, que ele sabia mais que eu, porque ele era professor e eu aluna, que ele era mais velho e eu mais nova, e depois desse dia ele começou a me perseguir. Ele quis deixar bem clara a hierarquia em questões de gênero e de conhecimento. Ele tem essa coisa de deslegitimar uma mulher falando, você como aluna não é ninguém”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

“Tem desde aquelas expressões de ‘olha, essa menina tão jovem falando isso’, como se fosse impossível isso acontecer, até ‘ah, essa menina é jovem, não sabe o que é que está falando’. Você é sempre desvalorizada”, jovem do Grupo de Militantes.

Em relação aos colegas, elas contam sobre rankings sexuais que eles fazem das universitárias, hinos de faculdade ofensivos, trotes machistas, fotos das meninas nuas que circulam pelo whatsapp, entre outras formas de violência.

“Tenho uma amiga que sofreu chantagem de um aluno. Ela era bixete e ficou com ele muito bêbada. Ela tinha acabado de começar um namoro e ele falou pra ela: ‘você vai continuar ficando comigo ou eu vou contar pro seu namorado’. Ela manteve um relacionamento com ele aqui por um tempo. Hoje, a menina não pode ver ele no corredor que ela fica branca”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

“Agora a gente mudou isso, mas, quando eu entrei, tinha umas músicas bizarras nos jogos universitários. Uma era em relação às alunas da PUC: ‘Caloura puquiana, você não sente dor”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

“Numa reunião do movimento estudantil com um monte de macho, um cara mais intelectual faz aquela fala e gera um silêncio na roda pra todo mundo escutar a fala dele. Na hora em que você vai falar, estão comentando as outras falas, aí você tem que se impor, levantar a voz, olhar pro cara que não está prestando atenção e falar: ‘estou falando e quero atenção’. Tem essa violência do silenciamento, de interromper fala, de não respeitar fala de mulher”, jovem do Grupo de Militantes.

Em Nova Iguaçu, elas contam que, assim que sai a lista de aprovados no vestibular, alguns rapazes já mapeiam as novas alunas e escolhem seus futuros alvos. Na semana de recepção de calouros e calouras, já começam a abordá-las agressivamente. Ainda na UFRRJ, alguns estudantes chegaram ao ponto de elaborar uma ode à violência contra as mulheres: na sala de convivência do Centro Acadêmico, montaram o “Mural do Mito”, uma série de fotos de homens famosos – jogadores, atores e outras celebridades – que já haviam sido denunciados por agredirem suas parceiras. As jovens ficaram profundamente indignadas e destruíram o mural.

Embora a desqualificação e o assédio moral e sexual estejam mais presentes nos relatos das universitárias, estupro e agressões físicas também são uma realidade nesse ambiente. De acordo com a pesquisa do Instituto Avon e Data Popular, 28% das entrevistadas já sofreram alguma violência sexual e 10% violência física.

No campus de Seropédica da UFRRJ, por exemplo, como se verá mais adiante, os casos são frequentes e geraram fortes mobilizações das universitárias. Em São Paulo, entre 2014 e 2015, a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades da Assembleia Legislativa chegou a mais de 110 casos de estupro ocorridos somente na Universidade de São Paulo (USP) nos últimos dez anos.

“Quando a gente está numa roda e vou falar de casos de estupro, vem alguém e fala: ‘mas isso nunca aconteceu com você, está falando isso por quê? Deixa esse assunto pro futuro, que se você se comportar direitinho isso nem vai acontecer com você’, como se fosse uma consequência de uma atitude errada da mulher”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

AMPLIAÇÃO DO ACESSO: MAIS MULHERES NEGRAS, POBRES E PERIFÉRICAS

Na última década, uma série de medidas ampliou e diversificou o acesso à universidade no Brasil. A expansão das federais, com o aumento das vagas, a construção de novas unidades e a interiorização dos campi; a criação de cotas sociais e raciais em muitas universidades públicas; o Programa Universidade para Todos (Prouni), que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior; as mudanças no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); a redução do preço médio das mensalidades nas instituições privadas.

Tudo isso favorece a entrada de mais mulheres negras, pobres e periféricas nas universidades brasileiras, mas essas instituições não se prepararam de forma adequada para acolher esse novo público. Por isso, essas novas estudantes sofrem violências específicas no ambiente universitário, no entrecruzamento entre machismo, racismo e preconceito de classe.

“Há um incômodo visível dentro das universidades a partir do momento em que a gente entra. Se for negro, mas for homem, parece que eles ainda engolem. Se for mulher, aí piora a forma de olharem a gente dentro da universidade e essa violência acontece o tempo todo. Tive um professor onde eu estudo que falou em sala de aula, e que a gente escrachou depois, que negra só era boa pra cama, que boa mesmo era a mulher branca pra casar”, jovem do Grupo de Militantes.

“Os professores têm essa coisa elitizada, eles já faziam piadas, eu estou no sexto ano, finalizando a faculdade, dá pra ver nitidamente como eles pioraram, parece que não têm nem mais vergonha de fazer isso”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

A universidade aparece nos relatos como um espaço que não é natural para mulheres negras e pobres, que está organizado para que elas se sintam o tempo todo deslocadas. É forte a sensação de que elas precisam ser sempre muito melhores do que os outros, já que são desqualificadas não apenas pelo fato de serem mulheres, mas também por serem jovens, negras e pobres.

“Falam que a gente é cotista porque é incapaz, que a gente está roubando vaga de pessoas que entraram na universidade por ampla concorrência, as pessoas brancas e privilegiadas, que estudaram em colégio particular”, jovem do Grupo de Militantes.

“Sempre nos colocam como seres não pensantes. Se você é mulher e negra, você pode ficar lá, mas eles acham que você devia estar limpando o banheiro, não dentro da sala de aula”, jovem do Grupo de Militantes.

“Uma estudante de enfermagem foi vetada de ir pras aulas de laboratório, porque ela é uma mulher negra e a touquinha padronizada do laboratório não caberia no black dela. O professor disse que ela não poderia ir mais pras aulas práticas porque ela poderia contaminar as peças do laboratório. Ela ainda tentou flexibilizar dizendo que poderia ir de turbante ou alguma coisa, para que o cabelo estivesse coberto, mas ficou assim, quase um semestre todo o professor fazendo falas absurdas em relação a isso”, jovem do Grupo de Militantes.

A universidade não oferece às mulheres negras e pobres as condições necessárias para continuar estudando. As bolsas-auxílio são muito baixas e não são oferecidas em quantidade suficiente, as moradias estudantis não comportam todas as pessoas que precisam delas, não há creches onde possam deixar seus filhos. Além disso, em muitos lugares não existem ônibus da periferia direto para a universidade, nem passe livre para estudantes que morem em outro município da região metropolitana.

“Se você não tiver condições de se levantar às 5 horas da manhã pra pegar dois ônibus, pra pegar o que passa no bairro nobre e o que passa na universidade, você não chega. Aí dizem: ‘ah, mas

“você já está aqui, o problema não era vocês entrarem na universidade? Vocês conseguiram entrar, certo? Agora se virem’. E nós precisamos trabalhar e estudar, e muitos têm que manter família, então acabam desistindo. Aí começa: ‘mas a oportunidade vocês tiveram, não permaneceram porque não quiseram”, jovem do Grupo de Militantes.

“Um dos professores falou que faculdade de História não é pra quem trabalha, que exige uma carga de leitura muito grande, que se você trabalha não vai conseguir. Ele se utiliza disso pra poder destilar os preconceitos dele. Ele falou pra uma aluna que ela não tinha capacidade pra fazer disciplina com ele”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

Elas reclamam que não se leva em conta o fato de que, além de estudar, essas mulheres precisam trabalhar para seu sustento e de seus familiares e ainda têm que fazer o trabalho doméstico em suas próprias casas. Além disso, dificilmente elas conseguem pegar todas as disciplinas à noite, como necessitariam.

“Se você mora na periferia, quanto você demora pra chegar na universidade é desconsiderado na sua vida acadêmica. Uma coisa é você pegar seu carro, sair de casa, demorar vinte minutinhos, depois chegar em casa e está tudo pronto e você só estudar. Outra coisa é você demorar duas horas pra ir e duas pra voltar, ter que chegar, arrumar a casa, fazer sua comida”, jovem do Grupo de Militantes.

“O curso que estou fazendo, que tem grande porcentagem de alunos negros e negras, vem embranquecendo. Este semestre mesmo, fiquei desanimada e desgastada só de fazer minha grade porque é muito difícil pegar só matérias à noite. A universidade não é pro perfil estudante-trabalhador, mulher trabalhadora. É muito complicado você trabalhar e estudar e muitos estudantes estão saindo da universidade, porque não têm condições de se manter”, jovem do Grupo de Militantes.

Uma das universitárias de Nova Iguaçu, mãe solteira de uma criança de três anos, conta que perdeu a bolsa-auxílio que ganhava. Como seu filho fazia tratamento para um problema de saúde, às vezes ela chegava atrasada ou precisava faltar a algumas aulas. Alguns professores, no entanto, não aceitaram os atestados médicos que ela apresentou, “porque a universidade exige dedicação completa”. Ela tinha nota suficiente para passar, mas foi reprovada por falta em uma das disciplinas, o que lhe retirou o benefício.

“Você está numa universidade na Baixada Fluminense, numa região periférica, onde a maioria das pessoas tem alguma atividade remunerada ou bolsa, porque se não elas não conseguem se manter na universidade. Quando você faz esse tipo de segregação, você não democratiza nem um pouco a universidade, muito pelo contrário, você faz questão de segregar mais ainda um espaço que já não é democrático”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

Em relação às mulheres pobres e periféricas, as piadas também são constantes entre colegas de ambos os sexos, que muitas vezes evitam o convívio social, não as convidam para festas, não querem formar grupos de trabalho com elas.

“Na minha sala a maioria é de meninas e tem muito a coisa do preconceito. Até hoje não tenho vínculo de amizade dentro da minha sala de aula por ser de Heliópolis. É bem complicado, a gente se sente rejeitada dentro de um espaço que deveria ser de união. Tudo que você faz, se é diferente da caixinha em que elas vivem: ‘ah, veio da favela, é por causa disso’, ou: ‘ah, eu não iria em Heliópolis, não, porque lá é favela, é muito perigoso’. Quando precisa vir fazer um trabalho aqui, fica olhando, parecendo que está no zoológico, é a pior sensação. Acha que a gente, por ser da favela, não tem capacidade de se desenvolver, de ser inteligente, ou quando você vai dar alguma opinião, a pessoa fala: ‘de novo a favelada’”, jovem do Grupo de Heliópolis.

Assim, a universidade aparece no discurso delas como um lugar de perpetuação do machismo, do racismo e de várias outras formas de preconceito. Um espaço tão perverso que tem potencial de gerar sofrimento, adoecer as mulheres e causar depressão.

3. FESTAS E BARES

Em relação a festas e bares, também são frequentes os relatos de abusos sexuais, agressões e assédios nesses ambientes. A festa é um espaço ao mesmo tempo de prazer e tensão para as mulheres jovens. Por medo de serem drogadas e estupradas, muitas vezes elas bebem menos do que gostariam. O divertimento, em várias situações, fica comprometido pela sensação de perigo iminente.

Elas contam que, nas cervejadas e festas universitárias, por exemplo, precisam sempre ter uma relação de cuidado umas com as outras. Diversas vezes uma delas se voluntaria para não beber e ficar atenta ao que está acontecendo.

“Você sempre vê em festa, se alguma menina está com um cara no canto, sempre vai uma lá: ‘pô, tá tudo bem?’. A gente tem essa relação justamente de ter esse cuidado, de ficar de olho. Às vezes acontecem casos com as bixetes, principalmente, que estão chegando no primeiro período, de veteranos se aproveitarem de elas serem mais novas, botarem elas pra beber pra caramba”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

“A gente tem que estar sempre preocupada. Pode olhar que todo grupo tem sempre uma que fica mais sóbria, que é pra dar conta de todo mundo. Além de ter o problema de voltar pra casa, tem o problema em si de que os homens acham que, como a gente está ali naquele espaço de lazer, está dada pra eles. Não compreendem seu espaço e ficam o tempo todo te assediando. Às vezes

“você pensa em voltar de táxi, mas nem o táxi é seguro. Como os caras veem que a gente já bebeu, querem se aproveitar de qualquer momento, então é um espaço muito tenso”, jovem do Grupo de Militantes.

“Quando você está sozinha ou num grupo só de mulheres, pensa em entrar pra comprar uma cerveja ou um cigarro num bar, mas a gente não entra quando é um bar muito dominado por homens. Se você entrar, todo mundo vai ficar te olhando, uma coisa que não deixa de ser uma violência, porque te cerceia o ir e vir”, jovem do Grupo de Militantes.

De acordo com a pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, do Instituto Avon e Data Popular, citada anteriormente neste estudo, 12% das entrevistadas já foram forçadas a ingerir bebidas alcoólicas e 27% dos homens não consideram violência abusar da garota se ela estiver alcoolizada.

Nos grupos focais, são muitos os relatos de estupros nas festas, universitárias ou não, especialmente quando estão bêbadas, ou sob efeito de drogas, e alguns homens se aproveitam do estado em que se encontram. Algumas vezes, inclusive, são drogadas sem consentimento, quando colocam alguma substância na bebida que elas estão tomando.

“Se alguém me oferece uma bebida, eu já nem pego porque penso que é de um homem que colocou algo naquela bebida e eu vou apagar e ele vai abusar de mim”, jovem do Grupo de Heliópolis.

Muitos homens consideram que, se elas estão naquele espaço, estão à disposição deles. Nas festas, quando as mulheres passam, alguns homens abraçam sua cintura, puxam o cabelo, passam a mão. Por isso, também nesses ambientes elas procuram sempre andar em grupo.

Se estão acompanhadas de um homem, o comportamento dos outros é quase sempre diferente, mais respeitoso. Assim, quando são abordadas de maneira indesejada, muitas mentem que o namorado está no banheiro, para se livrar do assédio.

“Nesses lugares, em baladas e festas, é onde a gente sofre mais, porque o fato de a gente se arrumar, se produzir pra curtir, é como se fosse a oportunidade pra eles passarem a mão. Eles não pensam que a gente está indo pra curtir com as amigas, a gente está indo porque quer cantada, quer que passem a mão, quer beijar na boca, é porque a gente quer ser assediada”, jovem do Grupo de Heliópolis.

“Quando estava com meu namorado e um homem esbarrava em mim ou me chamava de gostosa, e via que eu estava com um cara, ele vinha pedir desculpas pro meu namorado, cumprimentar o meu namorado, e não pedia pra mim. Eu ficava: ‘não sou nada aqui? Esbarrrou em mim, derubou bebida, me xingou, ficou dando cantadas horrorosas e vai pedir desculpas pra ele?’. Outro modo que eu também me revolto são as famosas ‘você deu liberdade’, ‘você tava olhando pra mim,

então eu posso ir aí e tocar em você’, eu acho que meu corpo é bem precioso, só toca em mim quem eu permito”, jovem do Grupo de Heliópolis.

“Na balada, eles já chegam abraçando na cintura, puxam o cabelo. Se você não aceita de uma boa maneira, não sabe lidar com aquela cantada, é capaz de você ser agredida”, jovem do Grupo de Heliópolis.

Em Heliópolis, elas relataram que o simples fato de beber ou pagar a própria bebida ofende alguns homens, em particular se forem bebidas melhores do que aquelas que eles estão tomando. Além disso, contam que as mulheres que bebem, fumam e saem para a balada são mal vistas pela família e pela comunidade.

“Se chega um grupo de mulheres no bar ou numa balada e pede a bebida que quiser, isso ofende os homens de uma maneira que chega a ser ridícula. Eles veem um monte de menina chegando, eles pensam ‘ah, eu vou comprar uma cerveja pra elas e vou fazer a boa da noite’, só que eles chegam lá e a gente acaba bancando a cerveja, mas a função da mulher na balada é ser bancada, então eles também se incomodam”, jovem do Grupo de Heliópolis.

“A minha mãe fala muito pra mim que eu saio bastante pra beber, ela fala: ‘nossa, mulher que bebe é horroroso, porque é coisa de mulher promíscua. Esse negócio de sair pra balada todo fim de semana é coisa de homem, é seu irmão que tem que estar fazendo isso, não você’”, jovem do Grupo de Heliópolis.

Ao mesmo tempo, muitas festas estimulam as mulheres a beber, justamente para que elas fiquem mais vulneráveis para os homens. Muitas liberam entrada e bebida grátis só para mulheres no começo da noite. Outras definem que mulheres sem calcinha não pagam, ou de minissaia, ou a que tiver a maior bunda. Contam também das festas da espuma, em que as meninas de calça ou saia branca não pagam, porque a roupa fica transparente.

“Tem muitas baladas que reforçam esse conceito de que a mulher tem que sair carregada, tem baladas que liberam tequila ou algum tipo de bebida até uma hora da manhã, mas só pra mulheres, enquanto a mesma bebida pra um homem tem um preço mega absurdo. Pra quê, né?”, jovem do Grupo de Heliópolis.

ESTRATÉGIAS DE LUTA, AUTO-ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

As participantes dos grupos focais consideram que a auto-organização das mulheres tem sido cada vez maior nos últimos anos, com a expressiva repercussão desses temas na Internet e nas redes sociais, as múltiplas manifestações de mulheres em lugares públicos, a força crescente dos

movimentos feministas. Elas se dizem mais seguras para enfrentar e denunciar essas violências, tanto dentro das universidades quanto fora delas.

A percepção do que é violência de gênero e a defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres também têm avançado significativamente entre as mulheres jovens. Se antes as mulheres eram apresentadas apenas como vítimas nos meios de comunicação ou responsabilizadas pela violência sofrida, hoje elas podem entrar em contato com outras histórias de resistência feminista e compartilhar experiências e denúncias por meio das redes sociais.

“Acho que a mulher tem se sentido mais segura pra enfrentar tudo isso aí. Eu não sei se é por causa do movimento de mulheres que a gente tem aqui em Heliópolis, que é o que está mais próximo de mim, mas eu vejo que as mulheres estão cada vez mais se colocando contra determinados tipos de situação, falas, coisas que antes passavam despercebidas, e que agora já está passando com um olhar de ‘ah, você está me agredindo, não sou obrigada a aturar’”, jovem do Grupo de Heliópolis.

“Agora as mulheres estão encontrando uma forma de tornar sua voz pública, falar de igualdade de direitos, de poder ir e vir. Hoje, com mídias alternativas, a informação chega mais, a gente consegue levar o que está acontecendo aqui pra uma ponta lá do outro lado”, jovem do Grupo de Heliópolis.

Em reação às violências que sofrem cotidianamente, as jovens organizam mobilizações para denunciar os agressores, atos públicos feministas, apitaços, escrachos. Formam coletivos de mulheres e frentes feministas nas periferias e universidades, fazem reuniões para empoderá-las e estimulá-las a denunciar, criam páginas e grupos em redes sociais para relatar abusos sofridos, postam textos no facebook para denunciá-los, desenvolvem aplicativos para mapear os casos de assédio sexual nas cidades.

Nas universidades, entram com processos administrativos contra professores e colegas, criam ouvidorias de combate às opressões ou setoriais de mulheres nos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos, redes feministas. Também ocupam os espaços universitários com cartazes, pichações, campanhas e eventos feministas, espalham lambe-lambes para expor as frases machistas e racistas dos professores, divulgam listas dos agressores da universidade. Elas se mobilizam para proibir os hinos machistas das faculdades e para abolir os trotes violentos.

Assim, as denúncias têm aumentado, mas lamentavelmente isso ainda tem surtido pouco efeito concreto. Em particular nas universidades, que tentam abafar ou minimizar esses casos, apresentando-os como se fossem isolados. Na maioria dessas instituições, não existem mecanismos adequados de recebimento de denúncias, de acolhimento e assistência às vítimas e de punição

dos responsáveis; e não são tomadas medidas para tentar reverter esse quadro. Em geral, as universidades protegem professores e alunos agressores, sendo raro haver alguma sanção. Dessa forma, perpetuam o machismo, o racismo e outras formas de violência contra as mulheres.

“As pessoas fizeram mobilização contra um professor que é machista, racista, homofóbico, bizarro, e a universidade vem com esse papo de ‘ah, vamos criar uma sindicância’, mas quem julga são os colegas, que estão lá trabalhando com ele há vinte, trinta anos, então a gente sabe que aquilo ali não vai encaminhar”, jovem do Grupo de Militantes.

“A gente teve um caso de uma estudante que foi assediada por um colega e aí fizemos todos os encaminhamentos, levamos pra reitoria e a resposta que tivemos foi muito dolorosa: ‘a gente verificou o manual de estudantes, os regimentos da universidade e isso se encaixa como conduta imprópria, não como assédio’. E aí a gente perguntou, mas o que é essa conduta imprópria? Pode ser isso que ele falou pra ela, pode ser riscar o banheiro’. Esse tipo de comparação, se eu risco uma parede da universidade, é conduta imprópria, se eu assedio uma mulher, é conduta imprópria, cadê a seriedade, o compromisso com aqueles estudantes que estão envolvidos?”, jovem do Grupo de Militantes.

“Quando eu falei que ia abrir um processo administrativo, falaram pra eu não abrir ‘porque eles vão te perseguir’. Existe um corporativismo acadêmico muito grande. E o pior de tudo é que os professores me encontravam no corredor e me diziam: ‘não, você está certa, eles não podem fazer isso com você’ ou ‘ele é muito elitista, muito preconceituoso’. Diversos professores me encontraram no corredor pra dar tapinha nas costas, só que na realidade, chegava lá e existia um corporativismo”, jovem do Grupo de Nova Iguaçu.

De acordo com a pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, do Instituto Avon e Data Popular, 63% das mulheres entrevistadas ficaram intimidadas e acabaram não reagindo de nenhuma forma quando sofreram violência. O estudo mostra também que elas querem mais atitude por parte das universidades: 78% delas concordam que o tema da violência contra as mulheres deveria ser incluído nas aulas, e 95% acreditam que a faculdade deveria criar meios de punir os responsáveis por cometer esse tipo de violência na instituição.

A contraofensiva em relação a essa crescente luta das mulheres também tem sido forte. Nas universidades, professores e colegas reagem com violência às denúncias e protestos: perseguem-nas em sala de aula e nas redes sociais, escrevem textos desqualificando-as, destroem os materiais de mobilização. Não é raro, inclusive, que as denúncias se revertam e os professores acabem processando as denunciantes na Justiça. Em alguns casos, sem apoio da universidade, as mulheres chegam a largar o curso. Professores e professoras que tentam ajudar o movimento muitas vezes são perseguidos e isolados pelos colegas.

“É muito difícil o fato de a universidade não se colocar e não conseguir ser mais incisiva nesses casos, ela nunca se responsabiliza. As alunas que fizeram uma mobilização estão sendo processadas por esse professor, ele recorreu à Justiça e a universidade fica sempre ali no meio termo de não conseguir se colocar e apoiar os estudantes. A gente não consegue solucionar isso porque tem uma barreira muito grande entre nós e a institucionalidade”, jovem do Grupo de Militantes.

Num dos casos relatados, uma das jovens que tinha participado das mobilizações para denunciar um professor agressor foi tentar fazer o doutorado na mesma instituição e ouviu de outro professor da banca de seleção que o projeto dela era muito bom, que as notas tinham sido ótimas, mas a personalidade dela era “instável”, e, por isso, acabou sendo negada no programa.

“Quando você reage a isso, a universidade dá um jeito de te expulsar também e te colocar pra fora daquele espaço, porque você está quebrando a ordem que está colocada ali”, jovem do Grupo de Militantes.

“ME AVISA QUANDO CHEGAR”: O CASO DA UNIVERSIDADE DE SEROPÉDICA (RJ)

No campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) de Seropédica, um município de aproximadamente 80 mil habitantes, na Baixada Fluminense, a violência contra as mulheres jovens é especialmente grave. Extenso, mal iluminado, repleto de áreas verdes e com pouca vigilância, o campus é conhecido como perigoso para a circulação de mulheres, por registrar diversos casos de violência sexual. Várias das entrevistadas de Nova Iguaçu gostariam de ter estudado lá, mas não o fizeram apenas por serem mulheres.

Nos últimos anos, as estudantes têm se organizado para tentar mudar esse quadro. Em 2013, uma das alunas que sofreu uma tentativa de estupro criou no facebook a página “Abusos cotidianos – UFRRJ”, que em pouco tempo reuniu mais de 600 relatos de violência sexual contra as mulheres nessa universidade nas últimas décadas.

A partir dessas denúncias, e dos novos casos que continuaram a acontecer no campus, as universitárias criaram, em 2016, o movimento “Me avisa quando chegar”. O nome se deve à frase cotidianamente repetida pelas mulheres quando se separam e temem o que pode acontecer com a outra. Passaram a organizar mobilizações para que a universidade tomasse providências contra a falta de segurança, o que teve bastante repercussão nos meios de comunicação e nas redes sociais, e inclusive foi replicado em outras universidades do país. Além dos protestos, com centenas de mulheres de roupas pretas e batom vermelho, picharam palavras de ordem, como “Nenhuma a menos”, nos prédios do campus, fizeram rodas de conversa para discutir o tema, e estão organizando uma semana das mulheres.

Sofreram uma enxurrada de críticas e retaliações por parte de alguns colegas e professores. A administradora da página chegou a trancar a faculdade, tamanha a repercussão do site e as ameaças pesadas de estupro e de morte que ela sofreu.

Um dos casos de violência sexual em Seropédica se converteu recentemente em uma tragédia ainda maior. Uma universitária estava havia anos denunciando uma tentativa de estupro por parte de um colega no alojamento estudantil, porém a reitoria fez de tudo para abafar o caso. Ela ouviu de professores que daquela forma ela estaria “acabando com a carreira dele”. O agressor recebeu apenas uma repreensão formal e foi desligado do alojamento da Rural, mas não foi afastado do curso. Por causa disso, ela trancou a faculdade e, em maio de 2016, cometeu suicídio, três anos e meio após o ocorrido, uma tragédia que marcou muito as mulheres da Rural de Nova Iguaçu. A morte da jovem de 23 anos ocorreu logo após o caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro, que causou comoção nacional. As estudantes fizeram novos protestos na universidade contra o ocorrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões dos grupos focais e dos dados de outras pesquisas sobre o tema, foi possível observar uma forte presença da violência no cotidiano das mulheres jovens nos espaços públicos. Aparentemente, essa violência se intensificou nos últimos anos, com a onda conservadora, a polarização política e o acirramento dos conflitos na esfera pública em tempos recentes. Por um lado, houve um aumento inegável do empoderamento das mulheres, individual e coletivo, um crescimento do feminismo entre as jovens, de sua auto-organização e da consciência da necessidade de lutar contra as desigualdades de gênero. Por outro, tudo isso vem gerando uma contraofensiva extremamente violenta, que atinge em especial as mulheres jovens, pobres, negras e periféricas.

A violência aparece, assim, como um instrumento de controle, que não permite que as mulheres desenvolvam suas capacidades tanto quanto poderiam, nem aproveitem a vida com a liberdade e tranquilidade de que gostariam. Nesse sentido, a violência é ao mesmo tempo resultado das desigualdades e produtora delas, isto é, constitui um mecanismo importante para a manutenção do status quo.

Para além do aprofundamento das políticas de redução das desigualdades e do fortalecimento da luta das mulheres, várias medidas se mostram necessárias para enfrentar esse problema, de forma articulada e simultânea. Algumas dizem respeito a políticas urbanas, que deixem as cidades menos hostis para as mulheres. Entre elas, tornar os transportes públicos, em especial nas periferias, mais constantes, mais abrangentes, menos lotados e com funcionamento 24 horas; melhorar a iluminação de ruas, praças e parques; podar a vegetação em lugares públicos com maior frequência. Cidades mais humanas e com ruas mais habitadas favorecem a livre circulação das mulheres.

Outras medidas dizem respeito à segurança pública e à Justiça, como a ampliação do número de delegacias de atendimento à mulher, com equipes multidisciplinares preparadas para atender as vítimas, desenvolvimento do policiamento comunitário, criação de núcleos da mulher nas defensorias públicas e promotorias especializadas no tema.

As universidades, por sua vez, devem criar mecanismos efetivos de recebimento das denúncias, acolhimento das vítimas e assistência a elas, apuração célere dos fatos e responsabilização dos agressores. Mais que isso: é fundamental que as universidades estejam mais bem preparadas para a democratização do acesso da última década. É necessário desenvolver ações como a capacitação de professores e funcionários, para que não reproduzam preconceitos e violências, a oferta de benefícios de transporte, alimentação, alojamento e creche infantil, além de bolsas-auxílio suficientes para estudantes de baixa renda, que ajudem a mantê-los na universidade.

Para dar conta da questão cultural envolvida na violência contra as mulheres, são imprescindíveis também medidas relacionadas à educação, como a inclusão da discussão sobre gênero nos currículos escolares e o desenvolvimento de campanhas educativas sobre os direitos das mulheres. Essas medidas têm sido importante alvo da ofensiva conservadora em tempos recentes, que tenta, sem sucesso, silenciar a proliferação de vozes feministas.

ESTUDO DE CASO 2

PERCEPÇÕES SOBRE SEXUALIDADE, GÊNERO E VIOLÊNCIA ENTRE LGBTs

FERNANDA KALIANNY MARTINS SOUSA¹

METODOLOGIA E PERFIL DOS PARTICIPANTES

O presente estudo de caso aborda percepções e vivências de LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no que diz respeito às violências cotidianas observadas e sofridas por eles. Partindo da constatação de que, no Brasil, os dados estatísticos oficiais sobre violência contra a população LGBT são escassos, optou-se aqui por duas técnicas exploratórias para lançar luz sobre tais questões: um questionário online e a realização de entrevistas feitas em grupo com LGBTs.

QUESTIONÁRIO ONLINE

O questionário online com 25 questões foi divulgado nas redes sociais em perfis de pessoas e instituições variadas, mas também em páginas e grupos com conteúdo voltado para LGBTs. Sabendo das limitações de um questionário online, que passam por não poder selecionar diferentes perfis de pessoas que irão responder às questões, não saber de que modo o questionário será divulgado por outros indivíduos ou ainda em que espaços chegará, essa escolha foi feita porque a internet é um espaço que possibilita que eles se mantenham anônimos.

1. Graduada em Ciências Sociais e mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: fernanda.kalianny.sousa@usp.br

Gráfico 1 – Porcentagem de cor/raça e a relação com a porcentagem das identidades de gênero

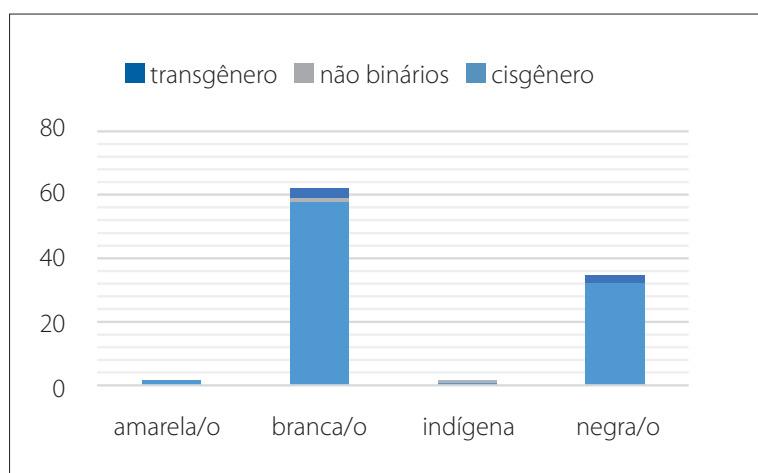
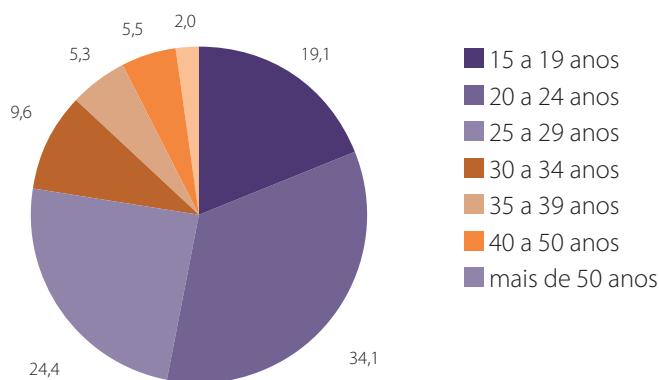


Gráfico 2 – Idade dos participantes



O anonimato foi visto de forma positiva por permitir que assuntos ligados a diferentes tipos de violência fossem tratados sem a presença de terceiros, assim como a própria identificação dessas pessoas como LGBTQs. Levou-se em consideração, desse modo, que por ser online o questionário atingiria pessoas que poderiam não ser alcançadas se fosse feito presencialmente, tanto no que diz respeito aos locais de moradia dessas pessoas, como também a perfis variados. Além disso, ao ser realizado online, permitiu-se que, em um curto período de tempo, o estudo conseguisse aliar duas técnicas diferentes e complementares.

O questionário online ficou disponível do dia 13 de julho ao dia 25 de agosto de 2016 e obteve 492 respostas, tendo alcançado pessoas dos seguintes estados: Amapá (0,2%), Bahia (3,3%),

Ceará (0,8%), Distrito Federal (5,3%), Espírito Santo (0,4%), Goiás (1,4%), Maranhão (0,2%), Mato Grosso (0,2%), Mato Grosso do Sul (0,6%), Minas Gerais (2,6%), Pará (0,8%), Paraíba (3,5%), Paraná (2,8%), Pernambuco (3%), Rio de Janeiro (13%), Rio Grande do Norte (5,1%), Rio Grande do Sul (2,8%), Santa Catarina (1,4%), São Paulo (48,2%), Sergipe (0,2%) e Tocantins (4,1%). Houve, portanto, uma concentração de respostas nos estados do Sudeste, mas, por ser online, chegou a diferentes regiões do país.

No que diz respeito ao perfil de quem respondeu, 38% tiveram o sexo masculino atribuído ao nascer, 61,6% o sexo feminino e 0,4% a intersexualidade, isto é, quando não há formação de uma genitália lida como feminina ou masculina. Em relação à identidade de gênero dos participantes, 93,1% se consideram cisgênero, ou seja, consideram que o sexo atribuído ao nascer está em conformidade com o seu gênero (por exemplo, uma pessoa que teve o sexo feminino atribuído no momento de seu nascimento e se vê como mulher). Dos respondentes, 5,7% se consideram transgênero, isto é, alguém que teve um sexo atribuído ao nascer, mas se identifica com outro gênero; e 1,2% se consideram não-binários, o que significa que não se identificam nem como homem, nem como mulher, podendo fazer outras combinações entre ambos ou pensar-se para além dessas categorias.

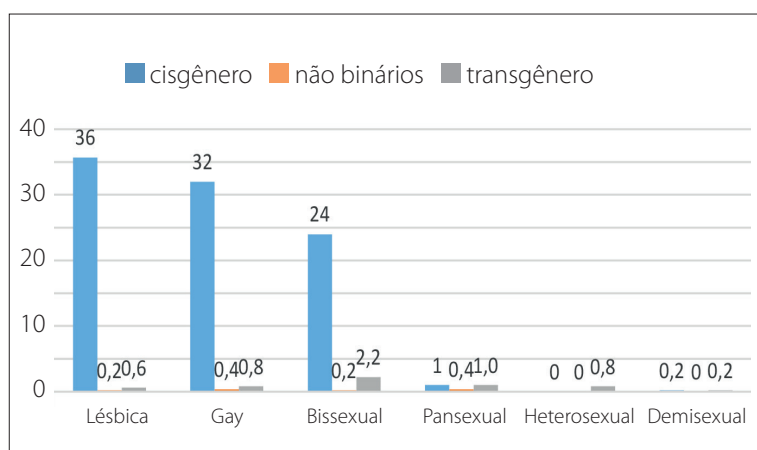
Ao considerar a classificação de cor/raça, seguindo os critérios do IBGE, 62,2% dos que responderam se consideram brancos/os; 34,8% negros/os, 1,6% indígenas e 1,4% amarelos/os. Cruzando as duas informações, cor/raça e identidade de gênero, obteve-se que, entre os brancos, 93% consideram-se cisgêneros, 2% não-binários e 5% transgêneros. Já entre negros/os, 93% são cisgêneros e 7% transgêneros; entre indígenas 88% são cisgêneros e 13% não-binários; por fim, entre amarelos/os 100% são cisgêneros, como pode ser melhor ilustrado no gráfico 1.

No que se refere à idade das pessoas que responderam à pesquisa, houve maior concentração nas faixas etárias de 15 a 19 anos (19,1%), 20 a 24 anos (34,1%) e 25 a 29 anos (24,4%), o que indica uma maioria jovem respondendo o questionário. Conforme se nota no gráfico 2.

No tocante ao nível educacional dos participantes, 0,2% possuem ensino fundamental II (do sexto ao nono ano) incompleto; 1% têm o ensino fundamental II completo; 5,7% o ensino médio incompleto; 8,9% tem o ensino médio completo; 41,9% possuem ensino superior incompleto, o que significa que podem estar cursando ou que iniciaram um curso e não finalizaram; 19,5% têm o ensino superior completo; 7,7% têm a pós-graduação incompleta; e, por fim, 15% são pós-graduados/as.

Em relação à renda dos participantes, optou-se aqui por pensar em renda individual, pois as relações familiares entre LGTBs frequentemente têm problemas, fazendo com que tenham que sair

Gráfico 3 – Cruzamento entre orientação sexual e identidade de gênero



de casa cedo (se comparado a heterossexuais) ou mesmo que não tenham ajuda financeira dos pais. Diante disso, houve maior concentração na faixa de R\$880 a R\$2.640 (37%), isto é, aqueles que recebem entre um e três salários mínimos. Além disso, 20,9% têm renda menor que R\$880; 20,9% não possuem nenhum tipo de renda; 11,8% recebem entre três e cinco salários mínimos, isto é, entre R\$2.640 e R\$4.400; havendo ainda 9,3% que recebem mais do que cinco salários mínimos.

Ainda sobre o perfil das pessoas que responderam às questões, no que concerne à orientação sexual, ou seja, para quem se direciona o desejo e/ou a atração sexual, 36,8% definem-se como lésbicas, 33,2% gays, 26,4% bissexuais, 2,4% pansexuais (quando o desejo se dirige às pessoas independente do sexo atribuído ao nascer ou da identidade de gênero), 0,4% demisssexuais (quando a atração só se estabelece se houver conexão emocional, intelectual e/ou psicológica por outra pessoa), e 0,8% heterossexuais. A categoria heterossexual aparece apenas entre transgêneros, pois em parte dos casos a orientação sexual apareceu atrelada ao gênero e não ao sexo atribuído ao nascer, isto é, uma mulher trans que goste de homens – sejam estes cis ou trans – considerou-se, por exemplo, heterossexual, pois se interessa pelo gênero oposto ao seu. No entanto, nem todos os participantes transgêneros consideraram esse raciocínio para pensar a orientação sexual. Alguns deles pensaram para definir a orientação sexual no sexo atribuído ao nascer e não na identidade de gênero.

Diante disso, alguns homens trans definiram-se como lésbicas no questionário e algumas mulheres trans como gays, o que pode indicar que a relação entre orientação sexual, sexo e identidade de gênero está em construção na sociedade, não havendo uma só forma para pensar categorias como gay, lésbica e bissexual. Ademais, apareceram categorias como pansexual e demisssexual,

que estão sendo colocadas dentro do movimento LGBT e feminista, principalmente entre jovens. Isso pode indicar uma disputa geracional nesse debate, bem como diálogos e conflitos sobre o modo de lidar com as categorias vigentes.

No gráfico 3, foram separadas as orientações sexuais de acordo com a identidade de gênero, considerando porcentagens da amostra total. Fica, assim, mais visível quais são as categorias cruzadas, como no caso da categoria heterossexual que representa 0,8% e só foi usada por transgêneros, bem como se pode notar a predominância de pessoas transgêneros que se consideram bissexuais na amostra. Cabe também apontar que no caso de não binários só houve pessoas que se colocaram como gays (0,4%) e como pansexuais (0,4%).

ENTREVISTAS EM GRUPO

A segunda ferramenta usada para explorar as violências sofridas por LGTBs foi a realização de entrevistas que ocorreram nos dias 30 de julho, 13 e 17 de agosto de 2016. Com duração entre uma hora e meia e duas horas, as entrevistas foram realizadas em grupos ou pelo menos em duplas, pois se buscou que as pessoas entrevistadas se sentissem confortáveis e não constrangidas pelos temas que seriam abordados. Estar em conjunto com outros LGTBs pareceu trazer maior desprendimento para que falassem sobre si.

Separaram-se assim os grupos em quatro categorias: homens cis que se relacionam afetivamente com homens; mulheres cis que se relacionam afetivamente com mulheres; homens trans ou transmasculinos; e, por fim, transfemininas, mulheres trans ou travestis. Os convites para par-

Gráfico 4 - Resposta às perguntas sobre ter sofrido violência física, sexual e psicológica

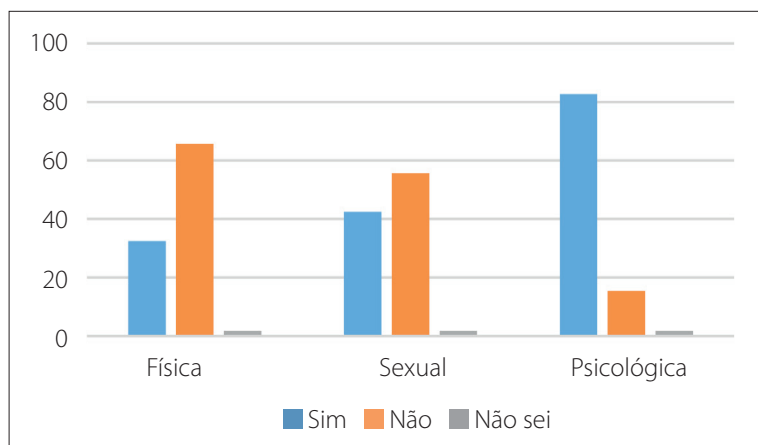
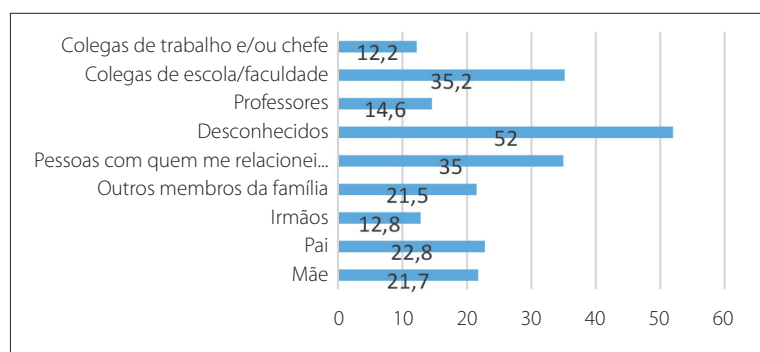


Gráfico 5 – Quem eram os/as agressores/as

As entrevistas foram feitas a partir de indicações de pessoas em páginas das redes sociais ou contatos com LGBTs atuantes em movimentos sociais. Buscou-se, entretanto, uma diversidade nos perfis dos participantes, pensando para tanto em diferentes idades, pertencimento racial e localizações de moradia na cidade de São Paulo.

No dia 30 de julho, foi realizada uma entrevista com cinco homens cis que se definem como gays, com idades entre 19 e 33 anos. No mesmo dia, em outro horário, foi feita a entrevista com três mulheres cis que se relacionam afetivamente com mulheres, uma delas bissexual, mas que opta por não se relacionar com homens, e duas lésbicas, com idades entre 27 e 32 anos. No dia 13 de agosto, foram entrevistados conjuntamente dois transmasculinos, um deles com 18 e outro com 25 anos e, por fim, no dia 17 de agosto, duas transfemininas, uma delas definindo-se como travesti, com idades de 22 e 33 anos.

O questionário e as entrevistas coletivas não tinham uma relação de dependência entre si, ainda que dialoguem nos temas abordados e tenham sido feitos ao mesmo tempo. Ambos foram pensados de modo a trazer à tona os tipos de violências sofridas por LGBTs, quem são as figuras que perpetram tais violências e em que tipo de espaços pessoas LGBTs sentem-se menos seguras/os. Trazemos abaixo os resultados e as questões levantadas por este estudo de caso.

QUAIS TIPOS DE VIOLÊNCIAS LGBTs SOFREM E QUEM SÃO OS PERPETRADORES?

No questionário online, os tipos de violência foram divididos em três: física, sexual e psicológica. Com a finalidade de explicitar aos participantes a que tipo de violência a pesquisa estava se referindo, optou-se por exemplificá-las. Desse modo, a violência física foi colocada como “tapas, pontapés, socos, puxões de cabelo etc.”, isto é, agressões direcionadas ao corpo da vítima. As violências sexuais foram pensadas como “ser constrangida/o a praticar ações de cunho sexual ou

ter o corpo tocado sem consentimento”. E a violência psicológica como “ameaças, manipulação emocional, depreciação, xingamento, discriminação etc.”.

No que diz respeito à violência física, 65,7% dos entrevistados disseram nunca ter passado por isso e 32,5% responderam que passaram. No tocante à violência sexual, 55,7% não foram constrangidos a praticar ações de cunho sexual, nem tiveram o corpo tocado sem consentimento, enquanto 42,5% disseram ter passado por isso. Já em relação à violência psicológica, 15,5% responderam que não passaram por isso, mas a grande maioria (82,7%) afirmou ter vivenciado esse tipo de violência. Nos três casos, 1,8% dos participantes não souberam responder se vivenciaram tais violências.

Entre aqueles/as que sofreram violência, quando perguntados/as sobre quais seriam as pessoas que haviam cumprido o papel de agressoras, foram obtidas as seguintes respostas:

Como se observa no gráfico 5, entre as pessoas que sofreram violência, 52% apontaram desconhecidos como os perpetradores; 35,2% colegas de escola e/ou faculdade; 35% pessoas com as quais se relacionaram sexual e/ou afetivamente; 22,8% o pai; 21,7% a mãe; 21,5% outros membros da família; 14,6% professores; 12,8% irmãos; e 12,2% colegas de trabalho e/ou chefe.

Diante disso, pode-se pontuar que a rua e os lugares públicos parecem ser o local mais perigoso para LGBTs, pois os desconhecidos figuram como os principais agressores. Ambientes como escola e faculdade também aparecem como locais que não são seguros, já que colegas de escola, faculdade e professores são apontados como agressores em muitos casos. Ainda que colegas de trabalho e chefes apareçam em uma porcentagem menor – o que pode estar relacionado à quantidade de jovens que responderam à pesquisa e não têm renda – eles estão na lista dos perpetradores de violência.

Na vida privada, também parece não haver um espaço de segurança para LGBTs, pois parceiros amorosos e/ou sexuais apareceram como agressores em mais de um terço dos casos. A presença de mães, pais, irmãos, e outros membros da família, indica que as violências estão presentes no ambiente familiar.

Voltando ao que diz respeito à vida nos espaços públicos, quando questionados se já haviam sofrido violência por estar de mãos dadas e/ou beijando o parceiro sexual e/ou amoroso, 56,9% responderam que sim, 32,7% que não e 13,4% não souberam dizer. Tal dado reforça a ideia de que o espaço público não é seguro para LGBTs também em relação à demonstração de afeto.

Apesar do apontamento desses casos de violência, apenas 7,3% fizeram denúncias formais; 0,8% denunciaram usando outros meios, como ouvidorias; 1,8% acharam não ser o caso de fazer

denúncias; 12,8% disseram nunca ter sofrido violência; 0,2% não responderam; e a maioria expressiva (77%) não denunciou.

Tais dados, pensados junto ao fato de 31,5% dos participantes não conhecerem o Disque 100 e apenas 4,9% já terem ligado para esse número para fazer denúncias, parece apontar que LGBTs não se sentem seguros para usar espaços como delegacias. Além disso, um dos únicos canais responsáveis por recolher os dados de violência contra LGBTs não teve divulgação suficiente para ser conhecido por todos os participantes. É importante frisar que, devido à forma como o questionário foi divulgado, tais participantes têm condições de ter maior acesso à internet e às discussões sobre LGBTs. Isto é, na população em geral o número de pessoas que desconhecem o Disque 100 e que não fizeram denúncias pode ser ainda maior.

Por fim, após a exploração dos dados acima, é importante enfatizar que os participantes da pesquisa não são representativos dos dados estatísticos nacionais. Há, por exemplo, se comparado ao Censo 2010, uma porcentagem maior de brancos (62,2%) do que o percentual nacional (47,7%), bem como um número menor de negros (34,8% na pesquisa e 50,7% no Censo 2010). No entanto, os dados aqui presentes podem ser indicativos do perfil de pessoas que se dispõem a responder uma pesquisa online sobre violência, bem como de quem são os LGBTs que participam de grupos e acompanham páginas com conteúdos voltados para essa população. É, desse modo, crucial levar em consideração o perfil de quem respondeu o questionário, mas refletindo que questionários e análises como esta, em um contexto com poucos dados estatísticos oficiais sobre violência contra LGBTs, são importantes explicações e uma das formas de trazer tanto questões quanto apontamentos sobre o tema.

FEMINILIDADES E MASCULINIDADES: ENTRE A DISCRICÃO E A DISCRIMINAÇÃO

As narrativas dos participantes dos grupos de homens cis que se relacionam afetivamente com homens e de mulheres cis que se relacionam afetivamente com mulheres trazem em comum, na maior parte dos casos, o fato de os participantes não terem desempenhado os papéis de gênero ligados às masculinidades e às feminilidades esperados pela sociedade desde a infância. As experiências de violência surgiram, portanto, ainda na escola, quando eram chamados de “bichinha”, “viadinho” e “mulherzinha”, no caso dos meninos, e de “sapatão” e “puta”, no caso das meninas. Tais xingamentos ocorriam quando nem eles mesmos se pensavam como homossexuais.

No ambiente familiar, os participantes se dividiram entre aqueles cujos pais não levavam

a sério os comportamentos que não se alinhavam ao padrão de gênero esperado e aqueles que sofreram ações disciplinadoras dos pais para tentar controlar quanto os filhos se aproximavam do gênero oposto ao esperado. Isto é, controlar a feminilidade dos garotos e a masculinidade das garotas. Pedidos como “senta direito”, “anda como homem” e “fala grosso” foram algumas das frases lembradas pelos entrevistados.

Na adolescência, os problemas tornavam-se mais complexos. Com o início da vida amorosa e das descobertas nesse campo, muitos contam ter sido pressionados a beijar e ter relacionamentos com pessoas de sexo oposto, o que pode ser pensado como uma heterossexualidade compulsória. Muitas vezes, no entanto, isso ocorria ao mesmo tempo em que as descobertas sobre a homossexualidade tornavam-se mais evidentes, o que gerava momentos de pressão e culpa internamente por não se encaixar entre os colegas da mesma idade.

Tais processos, no entanto, ocorreram de forma muito singular para cada participante. A chamada heterossexualidade compulsória ocorreu de modo mais generalizado entre as mulheres cis – uma delas tendo se entendido enquanto lésbica apenas após os 23 anos – do que entre os homens cis. O único que expressou a tentativa de se relacionar com mulheres até os 19 anos disse ter buscado mulheres em situação de prostituição porque achava que elas poderiam resolver o problema, mas que só se encontrou sexualmente no momento em que teve relações sexuais com um homem cis pela primeira vez.

No caso daqueles que iniciaram os relacionamentos com pessoas do mesmo sexo e gênero ainda na adolescência, esse começo da vida afetiva foi colocado como o estopim para as conversas em que contavam sobre a orientação sexual para seus pais e mães. Após essas conversas ocorrerem, alguns participantes relatam ter vivido situações de muita tensão, que resultavam diversas vezes em agressões físicas e verbais por parte dos pais. Em dois dos casos, houve não só violência física, como também cárcere privado e, posteriormente, expulsão de casa.

Os que continuaram morando com a família contam que houve um movimento de muito descontentamento dos pais logo após a conversa em que contaram sobre a orientação sexual, mas que depois de alguns meses as relações voltaram a ficar pacíficas. Entretanto, a pacificidade das relações era acompanhada por um movimento de silenciamento sobre o tema, isto é, o assunto não era mais trazido para a família, não abrindo espaço, por exemplo, para saber sobre a vida amorosa dos filhos.

Pensando sobre outros espaços, os homens gays cis relataram casos de agressão ao andar nas ruas e no transporte público, além de expulsão de locais como shoppings, por estarem beijando

seus parceiros. Além disso, foram relatadas duas situações de violência física iniciadas de forma repentina enquanto os agredidos andavam na rua de madrugada. Dois deles, um em 2016 e outro em 2003, foram agredidos por um grupo de homens em ruas centrais da cidade. Relatou-se também um caso dentro de um ônibus, em uma região mais periférica de São Paulo, em que dois garotos gays tiveram o rosto e o ombro acertados pela cuspida de dois homens que estavam desembarcando.

As três últimas situações de violência apareceram como momentos em que eles notaram quão forte era o ódio dirigido à população LGBT pela sociedade. Um deles falou que foi quando se viu caído no chão que pôde entender quanto sua vida corria risco pelo fato de ser quem ele é. Diante dessas agressões, um dos meninos que foi espancado na rua contou que acabou modificando a forma de se vestir e de se comportar. Se no momento da agressão ele se vestia com roupas vistas como menos masculinas, após esse episódio, paulatinamente, ele foi mudando a forma de se vestir para chamar menos atenção.

No caso das mulheres cis entrevistadas, as violências sofridas nas ruas passam menos por agressões físicas e mais por sentirem seus relacionamentos sendo fetichizados pelo olhar masculino. Nesse sentido, elas escutam comentários como “posso entrar no meio desse beijo? ”, “cabe mais um aí? ”. Pode-se apontar que há aqui uma intersecção entre questões de gênero e sexualidade, pois quando mulheres cis se relacionam afetivamente com mulheres, os comentários ouvidos passam por colocar esse relacionamento como algo prazeroso para o olhar masculino, como se esses corpos estivessem à disposição dos homens.

Complexificando o debate com a questão racial, uma das entrevistadas que é negra sublinhou que, quando estava tendo um relacionamento com outra mulher negra, os comentários ouvidos eram carregados de lesbofobia e racismo. Sentia-se, desse modo, mais atacada quando andava ao lado dessa companheira do que de outras. De acordo com ela, os homens saíam do olhar fetichizante e passavam a fazer comentários sobre ser “nojento” elas estarem juntas, como se duas mulheres negras juntas fosse algo mais difícil de ser observado.

Entre elas houve apenas um relato de agressão física na rua. A vítima dessa situação contou que estava em Araraquara, cidade do interior de São Paulo, e, ao reagir junto a umas amigas aos comentários lesbofóbicos de um homem, acabou sendo agredida. Além disso, assim como apareceu no caso dos homens cis gays, para o segundo grupo há diferença entre estar em regiões mais e menos centrais. Uma delas, residente da periferia, diz evitar andar de mãos dadas com sua companheira quando chega em seu bairro, na zona sul de São Paulo.

Quanto aos relacionamentos amorosos, nos dois grupos de entrevistas apareceram participantes que tiveram relações consideradas abusivas. Tais relações foram pensadas por eles a partir da reprodução de valores heterossexuais, como a divisão dentro dos relacionamentos entre sujeitos passivos e ativos. A parte vista como mais próxima da figura passiva pareceu, a partir dos relatos, estar mais sujeita às agressões físicas e psicológicas.

Em ambos os grupos, os participantes atentaram para o fato de relacionamentos amorosos também reproduzirem desigualdades que passam por raça, nível de escolaridade e renda, o que poderia alimentar diferentes status e relações de poder. No entanto, houve também o apontamento de que em muitos desses relacionamentos o lugar da vítima oscila, isto é, nem sempre esse lugar é ocupado pela mesma pessoa, o que se assemelha à conclusão do estudo sobre relações amorosas entre homossexuais feito por Laura Gil Costa et al (2011).

Na vida profissional, os relatos apontaram para a maior exclusão de gays mais próximos da feminilidade e de mulheres mais próximas da masculinidade, sobrando para ambos serviços menos qualificados. Das mulheres que são lidas como lésbicas masculinas (ou sapatões) espera-se que elas desempenhem papéis mais duros, principalmente quando sobem de posto, exercendo algo mais parecido ao que se espera de um homem, mas sem se tornar um homem. Já para os gays efeminados que estavam na entrevista, os trabalhos que surgem são de atendentes de telemarketing, em quiosques de maquiagem em shoppings ou em lanchonetes *fast foods*, pois são vistos como figuras delicadas para lidar com essas questões e, no caso de telemarketing, se a voz ou a aparência for muito feminina, não estão sendo observados.

Ainda sobre o ambiente de trabalho, surgiu algo em comum nos dois grupos que é a invasão da privacidade. Perguntas feitas por colegas que especulam sobre como são os relacionamentos entre homens ou de que modo mulheres fazem sexo com outras mulheres são entendidas pelos interlocutores como uma inferiorização das relações que se dão entre pessoas com a mesma identidade de gênero e do mesmo sexo. Eles fazem referência a uma espécie de orgulho heterossexual que é mobilizado para deslegitimar tanto as relações de mulheres com mulheres, quanto de homens com outros homens. Pensando, geralmente, as relações entre mulheres como causadas por algum tipo de trauma por um homem e as relações entre homens como necessariamente promíscuas.

Outro ponto que aparece de forma repetida, inclusive quando procuraram delegacias para fazer boletins de ocorrência no caso das violências sofridas na rua, é a cobrança pela discrição. Aceita-se até certo ponto que alguém seja homossexual, desde que haja certo apagamento e que os corpos estejam ainda dentro das normas de feminilidade e masculinidade. É permitido ser gay, mas se a pessoa se comportar de modo bastante masculino. Assim como ser lésbica, mas portando-se de maneira feminina.

Diante dessa cobrança pela discrição – sendo a discrição também usada como uma forma de se proteger por alguns – é comum, de acordo com os participantes, que as pessoas com as quais se convive confundam orientação sexual e identidade de gênero. Surgem, então, dúvidas se para ser gay a pessoa necessariamente irá usar roupas mais femininas e se para ser lésbica haverá maior proximidade com a masculinidade. Tais estereótipos e a tentativa de homogeneizar lésbicas, bissexuais e gays operam de modo a considerar gays mais efeminados e lésbicas mais masculinas como seres aparentemente mais inferiorizados. Havendo dentro do próprio meio LGBT cobranças para que gays sejam menos efeminados e que lésbicas sejam mais discretas, o que pode ser pensado como mais uma forma de violência.

APAGAMENTO E FETICHIZAÇÃO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE PESSOAS TRANS

Os desvios do que se espera dos papéis imbuídos de feminilidade e masculinidade no caso de pessoas transgêneras ocorre de forma ainda mais intensa, não sendo possível atingir, na maior parte dos casos, a discrição citada anteriormente. Com infâncias que se assemelham às de gays e lésbicas cis, as pessoas trans entrevistadas relataram casos de perseguição e discriminação na escola, com xingamentos semelhantes aos que eram ouvidos pelos dois primeiros grupos.

A escola coloca-se, assim, como um dos primeiros espaços em que a violência é conhecida. Entre os entrevistados, o caso que mais chamou a atenção foi o de uma das transfemininas que tinha dificuldades de frequentar o banheiro escolar desde a infância. Os outros meninos, ao identificarem que ela fugia das normas da masculinidade, a impediam de usar o banheiro. Diante disso, em duas das idas ao banheiro, ela foi submetida a práticas sexuais sem consentimento.

Embora tenham ocorrido violências como essa, novamente o desvio dos padrões de gênero foi identificado pelos agressores antes de que a própria vítima tivesse ferramentas para pensar tais questões. Diferentemente da vivência da orientação sexual nos dois primeiros grupos, a descoberta de que a identidade de gênero não estava em consonância com o sexo atribuído ao nascer se deu em momentos posteriores à adolescência. Foi preciso que atingissem o início da vida adulta para conseguirem pensar sobre o tema.

Inicialmente, os entrevistados disseram ter se entendido como “mulheres que gostam de mulheres” ou “gays efeminados”, pensando-se em alguns casos como bissexuais. Ou seja, a identificação de quem é o alvo da atração sexual veio antes da identificação de gênero. Entretanto, quanto mais se envolviam amorosamente com as pessoas, mais notavam que a forma que o gênero era entendido por eles não condizia com o sexo atribuído no nascimento.

Um dos transmasculinos defende que desde a infância tinha discordâncias com as regras da feminilidade, o que passava pelo desconforto com as roupas que as mulheres usavam. Ia à praia, por exemplo, de camiseta e calça comprida para não exibir o corpo. Esse tipo de atitude também foi comum para o outro entrevistado que passou toda a adolescência sem gostar do próprio corpo e sem se sentir confortável nele. Apesar das idades diferentes, um com 18 e o outro com 25 anos, ambos relataram que foram adolescentes obesos e depressivos, o que entendem como a forma que seus corpos tinham de comunicar que não estavam bem.

O contato com o movimento feminista e com as leituras sobre teorias de gênero foi crucial para que entendessem, enfim, que não eram apenas mulheres que se atraíam por mulheres, mas homens trans. Um deles diz que, enquanto usava roupas femininas, depilava-se e usava salto, sentia-se como uma caixa de presente decorada, mas vazia por dentro. Ambos entendem que foi a partir desse descobrimento, negando a feminilidade compulsória da adolescência e com a modificação das roupas – o que passa pela busca do uso de testosterona, uso de binder (faixa que comprime os seios) e de produtos para crescer a barba – que se encontraram de forma mais plena.

As narrativas das transfemininas não diferem muito do que os homens trans contaram. De forma semelhante, foi preciso contato com leituras e pessoas que de algum modo tinham conhecimento sobre o assunto da transgeneridade para poderem encontrar-se consigo mesmas. Uma delas, apesar de ter sido casada durante sete anos com um parceiro que a via como um gay efeminado, não teve a aprovação do companheiro quando iniciou o processo de transição. Sendo branca, fala que desceu de status na sociedade, passando de homem branco cis gay afeminado para a travesti do bairro.

A definição como travesti está relacionada a uma questão de classe social. Segundo ela, tendo abandonado a escola pelas violências sofridas, morando na periferia de São Paulo e sustentando-se com os trabalhos artísticos que faz, não há dinheiro para fazer plásticas e/ou o processo de hormonização. Ainda que não seja favorável a esse tipo de procedimento, pois considera que pessoas trans devem aceitar a realidade e os corpos enquanto trans, ela diz sentir falta de ter seios, pois acredita que se sentiria mais confortável com o próprio corpo se os tivesse.

A segunda entrevistada, por outro lado, conta que iniciou o processo de hormonização porque para ela era muito importante fazer a transição via hormônios, para se sentir bem com o próprio corpo. Narra, então, o processo de ter os seios crescendo e de como foi questionando a forma que os outros viam seu corpo a partir desse processo. De acordo com ela, por mais que uma transfeminina se esforce para alcançar o padrão da feminilidade, nunca o atingirá, porque o feminino é, na nossa sociedade, a categoria de gênero mais marcada. Ser entendida como uma

mulher trans passa por esforços contínuos e esgotantes para que não se tenha a identidade de gênero questionada.

Os desconfortos relacionados ao próprio corpo geram para ambos os grupos a escassez de relações amorosas. No caso das transfemininas, isso se dá pelo fato de a figura da travesti estar muito associada à prostituição. De acordo com elas, muitas vezes são paradas na rua e lhes perguntam quanto é o programa, independente do horário e do bairro em que estejam circulando. Uma delas é bissexual e a outra só se sente atraída por homens, mas ambas dizem que não conseguem mais se relacionar com eles. Adquiriram como forma de autocuidado o que chamam de asco pelos homens, pois as experiências que tiveram com eles foram muito violentas, pois eles as procuravam apenas para fazer sexo, de forma escondida e objetificando seus corpos.

Já os homens trans relatam que são procurados por algumas mulheres cis que os fetichizam e esperam que eles desempenhem uma masculinidade marcada pelo machismo. A procura se dá muito mais por curiosidade, como se eles fossem exóticos, do que por interesse real. Diante disso, contam que têm dificuldades de manter relações sexuais, pois é como se as pessoas não transassem com quem eles são, mas com um corpo que não é aquele em que eles se enxergam. É importante apontar que um deles estava iniciando o tratamento hormonal e o outro ainda estava fazendo exames para ver se poderia começar o uso de hormônios. Isto é, eles estão buscando aperfeiçoamentos para o corpo que ainda é enxergado por muitos como de uma mulher mais masculina. Nesse sentido, um dos processos de vivência mais doloridos para as pessoas trans encontra-se na vida sexual e afetiva, pois a solidão é uma das realidades constantes. Muitas vezes é a única opção para se proteger de relações que desrespeitam e não compreendem seus corpos e identidades.

No que diz respeito às violências sofridas em espaços públicos, os dois grupos salientaram que há diferenças na forma como a sociedade nota as transfemininas e travestis e os homens trans ou transmasculinos. De acordo com eles, a travesti possui um lugar marcado na sociedade, desde crianças sabemos olhar uma travesti e reconhecer na rua. Já os homens trans não. Estes são confundidos com lésbicas mais masculinizadas. Diante disso, enquanto homens trans vivem um apagamento, pois não há um lugar para eles na sociedade, as transfemininas acabam sendo alvo de situações de ódio mais explícitas, pois são mais notadas na sociedade.

Ainda segundo os entrevistados, após quatro anos de hormonização, os homens trans acabam sendo misturados aos homens cis. O mesmo não ocorre com as transfemininas, pois a feminilidade requer muito mais elaborações. Entretanto, isso não significa que as violências sofridas pelos homens trans não existam, mas que são diferentes daquelas sofridas pelas transfemininas.

O apagamento, referido por um dos entrevistados como “tentativa de sobreviver a uma borracha cotidiana”, influencia, por exemplo, na busca por empregos, sendo muito difícil encaixar-se no mercado de trabalho. Ademais, cotidianamente atividades como ir ao banheiro acabam gerando problemas relacionados à falta de privadas e portas nos banheiros masculinos, o que pode gerar ameaças de estupro quando os homens cis no entorno notam que eles possuem vaginas.

No caso das transfemininas, uma delas diz que sente muito medo e está sempre alerta para não sofrer violências. Se é olhada mais de três vezes por um homem cis no metrô, por exemplo, ela desce e troca de vagão. Além disso, diz não se sentir segura em nenhum lugar da cidade, seja em regiões mais centrais ou periféricas, evitando andar sozinha. A outra, ainda que relate já ter tido pedras lançadas em sua direção no bairro em que mora, além de terem tentado agredi-la em uma balada, conta que não se retira dos espaços públicos e de lazer, pois gosta disso e acha importante circular onde não há outras pessoas trans.

No que tange às relações familiares, por iniciarem a transição já na vida adulta, as relações com parentes parecem ter um outro tom. Uma das transfemininas conta que não vê os pais desde que iniciou a transição, há dois anos. A outra diz que quando contou aos seus pais que era travesti e que faria a transição, acabou morando uns meses longe deles, mas retornou posteriormente, passando também por aquele movimento de pacificação da relação com os pais citado no caso dos outros dois grupos. Já com os homens trans, o que está iniciando a transição agora diz não ter dito nada à sua mãe, mas que tem esperanças que ela tenha entendido a situação sem que seja necessário ter uma conversa. O outro conta que a mãe o expulsou de casa de forma velada duas vezes e que está se preparando para morar junto da família de uma amiga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo de caso foi pensar as diferentes violências vividas por LGBTs, por meio do questionário online e das entrevistas, buscando dados exploratórios com a finalidade de trazer apontamentos sobre o tema. Diante disso, pode-se pontuar que, apesar das particularidades nas vivências da identidade de gênero e da orientação sexual, as violências contra LGBTs costumam se iniciar ainda na infância, principalmente no ambiente familiar e na escola.

Além disso, tanto no questionário quanto nas entrevistas, desconhecidos, colegas de escola/faculdade, professores, familiares, colegas de trabalho, chefes e parceiros sexuais e/ou afetivos estão entre os possíveis agressores. Tais apontamentos indicam que é necessário pensar a violência contra LGBTs de modo a entender que ela perpassa de modos diferentes idades e espaços. Ade-

mais, considerar a forma como orientação sexual, sexo, identidade de gênero, raça e classe social se relacionam torna-se, assim, um dos pontos cruciais para saber como essas violências ocorrem (Facchini & França, 2013). Como foi sendo colocado nos relatos, cada pessoa é marcada por diferentes tipos de violência, além de essas categorias serem usadas para operar violências.

Ao atentar para as trajetórias de vida dessas pessoas, destacando acontecimentos da infância, adolescência e vida adulta, buscou-se demonstrar quais os lugares em que é preciso trabalhar a prevenção e o combate à violência. A escola, por exemplo, é um desses espaços. No entanto, o ensino que considera a perspectiva de gênero na educação tem sido combatido por parte considerável de políticos no país. Outro exemplo importante são as relações amorosas que aparecem também marcadas por violência, indicando que é preciso conscientizar LGBTs de que suas relações não são livres de abusos e violências, assim como as relações heterossexuais.

Além disso, o aperfeiçoamento de tratamentos no Sistema Único de Saúde (SUS) para pessoas trans também aparece como algo muito importante. Todos esses pontos apareceram em algumas falas dos entrevistados. Ao serem questionados sobre estarmos avançando ou não no que diz respeito aos direitos LGBTs, eles pontuavam que há avanços nas questões de representatividade, mas a atual conjuntura política e o governo de Michel Temer parecem ameaçar os direitos de mulheres, LGBTs, negros e indígenas conquistados até aqui.

Para finalizar, é crucial pontuar que, apesar das vivências violentas, a população LGBT não se coloca apenas como vítima de processos discriminatórios. Há, por parte dessa população, iniciativas que buscam resguardá-la e resistir às violências, o que passa muitas vezes pela articulação em movimentos sociais e pela atenção constante no que ocorre em seu entorno, de modo a proteger-se de possíveis atentados. No entanto, essa ainda parece ser uma das minorias políticas mais afetadas por dinâmicas de violência, o que requer estudos e atenção por parte dos gestores de políticas públicas.

ESTUDO DE CASO 3

A RESISTÊNCIA DOS QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ À MINERAÇÃO

IGOR SCARAMUZZI¹

QUILOMBOLAS EM ORIXIMINÁ E A MINERAÇÃO RIO DO NORTE: BREVE HISTÓRICO

A Mineração Rio do Norte (MRN) iniciou a extração de bauxita na região da bacia do rio Trombetas (Oriximiná – Pará) em 1979 e no território tradicional dos quilombolas em 2013. Ela possui ao todo oito acionistas:

Vale do Rio Doce (40%)

South32, empresa resultante de uma cisão de ativos da anglo-australiana BHP Billiton em 2015 (14,8%)

Rio Tinto Alcan (12%)

Companhia Brasileira de Alumínio (10%)

Alcoa Alumínio SA (8,58%)

Alcoa World Alumina (5%)

Hydro (5%)

Alcoa Awa Brasil Participações (4,62%).

1. Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desenvolve pesquisa com os quilombolas de Oriximiná/Alto Trombetas sobre o extrativismo da castanha e as relações com a natureza. E-mail: igorabs@hotmail.com

A bauxita é a matéria prima utilizada na produção do alumínio. No Brasil, a produção da MRN atende as refinarias Alunorte (Pará) e Alumar (Maranhão) e, fora do país, os mercados dos Estados Unidos, Canadá, Europa, China e América do Sul.

Segundo a MRN, suas operações em Oriximiná (Pará) consistem na extração do minério, beneficiamento, transporte ferroviário, secagem e embarque de navios. Sua estrutura no local inclui parque industrial para secagem do minério, 23 barragens para armazenamento de rejeitos e água, uma ferrovia de 28 quilômetros, porto para embarque dos navios que transportam a bauxita e duas usinas termoeletricas.

A chegada da MRN gerou grandes impactos sociais e ambientais. Trouxe consigo a cidade de Porto Trombetas, situada na vizinhança do território tradicional dos quilombolas, que tem aproximadamente seis mil moradores, onde funciona a sede da MRN e que abriga os funcionários da mineradora e dos setores terceirizados. Na cidade de Porto Trombetas, também está a sede do ICMBio.

A implantação da mineração industrial na região se deu sem levar em consideração a presença das comunidades quilombolas e ribeirinhas, que não foram até hoje devidamente indenizadas pelos impactos e danos relacionados. Segundo Wanderley (2008: p.19), a chegada da MRN trouxe primeiramente a remoção, mediante indenização irrisória, de cerca de setenta famílias de onde está situada a cidade de Porto Trombetas. Além disso, trouxe impactos permanentes àqueles que moram no entorno. O exemplo mais contundente é o dos moradores da comunidade de Boa Vista, localizada nas imediações de Porto Trombetas, que, segundo o mesmo autor:

“Tiveram proibidas as práticas de caça, roçado e coleta de produtos da floresta, perderam significativa fatia do território tradicional (áreas dos platôs concedidas para lavra e área ribeirinha destinada à construção de Porto Trombetas) e, com essa, a liberdade, sendo praticamente inviável a sobrevivência neste restrito espaço. A única escolha possível foi submeter-se totalmente ao controle da mineradora como empregados ou clientes dos programas sociais” (Wanderley, 2008: p.19-20).

Atualmente, parte significativa da população quilombola dessa comunidade garante sua fonte de renda por meio da prestação de serviços à MRN e às empresas terceirizadas por meio de sua cooperativa. Além dos impactos sociais, segundo o mesmo pesquisador, a MRN foi responsável por uma das maiores tragédias relacionadas à mineração industrial na Amazônia. Durante cerca de dez anos (1979-1989), a empresa depositou rejeitos de bauxita no lago do Batata, causando grave poluição e um processo de assoreamento que ameaçou de contaminação o próprio

rio Trombetas. Diante da repercussão nacional e internacional do caso, a mineradora passou a construir barragens para o depósito de rejeitos (Wanderley, 2008: p.68).

Em 2013, a MRN obteve a licença de operação do órgão federal ambiental responsável, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para a extração de bauxita no platô Monte Branco, parcialmente incidente em uma das Terras Quilombolas do Alto Trombetas, de nome “Alto Trombetas 2”. O Plano Básico Ambiental do empreendimento Monte Branco reconheceu que a área em questão é utilizada para a extração de óleo de copaíba pelos quilombolas de sete comunidades que habitam essa terra e que a supressão da floresta pode trazer impactos para renda dessa população. Mesmo assim, não houve consulta livre, prévia e informada. Tampouco foi paga qualquer indenização aos quilombolas pelos prejuízos. Em troca da concessão de lavra, o ICMBio recebe da MRN o valor de R\$ 73.285.394,36, como indenização pela supressão de vegetação no platô Monte Branco.

Em 2012, iniciaram-se as primeiras etapas da expansão da Mineração Rio do Norte para outras áreas sobrepostas ao território tradicional dos quilombolas. Dentre elas, estão os estudos de detalhamento geológico e os estudos de impacto ambiental nos platôs Cruz Alta, Cruz Alta Leste e Peixinho. Tais estudos consistem na abertura de ramais e de furos de sondagem para averiguar a quantidade e a qualidade do minério. Os estudos foram autorizados pelo ICMBio, e iniciados em junho de 2012, no platô Cruz Alta, o mais próximo aos locais de habitação permanente. Durante cerca de um ano e meio, os estudos se realizaram envolvendo cerca de sessenta funcionários e equipamentos como tratores, caminhões e sondas-compressoras para a abertura de ramais e perfuração de poços por toda a área dos platôs em regiões de floresta. Os estudos foram paralisados em janeiro de 2014, por recomendação do Ministério Público Federal, para a realização da consulta livre, prévia e informada com a população quilombola.

Os planos de expansão da MRN incidem em áreas de florestas que garantem aos quilombolas alimento e fonte de renda. São importantes regiões de extrativismo de produtos não-madeireiros, como o óleo de copaíba. A extração da bauxita implicará no total desmatamento da floresta e na escavação do solo por mais de oito metros até alcançar a área do minério.

Após a suspensão dos estudos, durante cerca de dois anos, ocorreu o processo de planejamento e realização da consulta livre, prévia e informada e a negociação entre quilombolas e a mineradora sobre suas atividades relacionadas aos planos de expansão na área sobreposta ao território tradicional.

Em março de 2016, após entender que a consulta já tinha sido realizada, o Ibama autorizou a MRN a dar continuidade aos estudos que viabilizarão a licença ambiental para a extração de

bauxita nos quatro platôs (Cruz Alta, Cruz Alta Leste, Peixinho e Rebolado) em terras quilombolas a partir de 2021, contrariando o posicionamento de parte dos quilombolas, do Ministério Público Federal e da Fundação Cultural Palmares.

EXPANSÃO DA MINERAÇÃO: RESISTÊNCIA QUILOMBOLA E VIOLÊNCIA

Do período de junho de 2012, quando o ICMBio emitiu a autorização para o detalhamento dos estudos geológicos, até janeiro de 2014, quando houve a suspensão de tais estudos por recomendação do Ministério Público Federal, o diálogo da MRN com os quilombolas sobre os planos de expansão da lavra de bauxita para áreas sobrepostas ao território tradicional foi de caráter meramente expositivo e informativo. A partir da interrupção das atividades da MRN, as vozes quilombolas passaram a aparecer de forma mais evidente, o diálogo perdeu o caráter informativo e se tornou de fato uma negociação. Nesse processo, houve uma sistemática violência contra os quilombolas, expressa por meio da pressão e do constrangimento. Como se procurará demonstrar, os danos sofridos pelos quilombolas são de natureza material e imaterial e afetam diretamente o direito ao viver bem.

DANOS MATERIAIS DOS ESTUDOS GEOLÓGICOS

Os estudos geológicos abrangem uma área de 9.296,37 hectares que conformam os platôs: Rebolado (já concluído); Cruz Alta (iniciado e atualmente paralisado); Cruz Alta Leste e Peixinho. Todos estão incidentes em terras quilombolas. Os possíveis impactos dessa atividade para os quilombolas não foram ainda devidamente analisados, mas podemos apontar dentre eles:

Restrições no direito de ir e vir – Durante seis meses (período previsto para a realização dos estudos geológicos de Cruz Alta), os quilombolas não terão acesso à porção de seu território sobreposta aos platôs, à principal estrada de acesso (que liga a margem do rio Trombetas aos platôs) e ao porto de embarque das equipes (ao lado de uma das comunidades).

Impactos sobre as atividades de subsistência – Consta na documentação reunida no inquérito civil público, especialmente nas atas de reuniões, em que alguma voz é dada aos quilombolas, que nesses platôs, especialmente no da Cruz Alta, existe uma grande quantidade de copaibeiras, árvores que possuem óleo de valor comercial extraído pelos quilombolas. O extrativismo comercial do óleo de copaíba é uma das mais importantes fontes de renda das famílias das comunidades, como a da Mãe Cué, diretamente afetada pelo empreendimento. Além disso, é realizada no platô a caça, uma importante fonte de alimento. É necessário lembrar que o acesso a fontes de renda

para a compra de alimentos, como os empregos remunerados, é restrito e abarca apenas uma pequena parte da população. A movimentação dos funcionários (45 pessoas nos estudos geológicos) e de maquinário pesado por toda aquela região poderá afastar os animais, dificultando a realização dessa atividade. Assim, os potenciais impactos nessa atividade de subsistência não se limitam ao fato de os quilombolas poderem ou não acessar os locais de caça, mas estão relacionados também à eventual fuga dos animais daquelas áreas em decorrência de ruídos, desmatamento e trânsito de pessoas e de maquinário (CPI-SP, 2014).

Os possíveis impactos ou danos materiais dos estudos de detalhamento geológico para a vida dos quilombolas, especialmente dos habitantes do entorno do platô Cruz Alta, é algo de grande importância que é pouco evidenciado nas informações disponíveis sobre o caso. Tendo em vista a importância das atividades de subsistência e do uso da terra para essa população, seria necessário dar a oportunidade de os quilombolas expressarem aos outros envolvidos, de acordo com seus próprios critérios e modos de qualificar, os possíveis impactos de tais estudos na vida material e em suas formas de subsistência.

É interessante notar que o processo de consulta livre, prévia e informada foi realizado sem os órgãos estatais responsáveis terem nenhum tipo de informação prévia a esse respeito. Essa ausência significa a inexistência de um dos elementos que são chave para entender o que de fato está em jogo para os quilombolas com a continuidade dos estudos. Realizar o processo de consulta sem avaliar os impactos e danos significa descumprir um dos princípios básicos do processo de consulta, que é o seu caráter informado.

Na documentação do inquérito civil público analisada, foi encontrado um único laudo produzido por um órgão governamental abordando a natureza e os prováveis danos materiais dos estudos geológicos realizados pela MRN. Trata-se da Nota Técnica nº 07/2014/ICMBio – Trombetas/CR3/ICMBio/MMA, emitida pelo ICMBio de Porto Trombetas, que traz respostas aos questionamentos do Ministério Público Federal, Procuradoria da República em Santarém (Ofício nº PRM/STM/GAB/435/2014). A nota técnica conclui que os estudos geológicos trazem “impactos de significância desprezível a fauna, flora e atividades de subsistência” (ICMBio, 2014:10).

As comunidades quilombolas não foram consultadas nem convidadas a discutir o assunto com esse órgão gestor para a produção do laudo técnico. Esse documento se limita a descrever a natureza dos impactos, sem ouvir e evidenciar a voz dos quilombolas que estão sendo influenciados diretamente pelo empreendimento. Desse modo, é possível afirmar que a averiguação dos impactos materiais dos estudos de detalhamento geológico foi realizada tendo em vista exclusivamente as concepções e interesses do órgão gestor da unidade de conservação.

O documento não faz nenhuma descrição ou detalhamento do uso e das atividades de subsistência dos quilombolas nessa parte do território. Essa, sem dúvida, é a falha mais grave da avaliação do ICMBio. Seria necessário qualificar o uso do território por essa população para se ter uma real dimensão dos impactos possíveis. E não simplesmente avaliá-los ou mensurá-los, não tendo nenhuma informação prévia, nenhuma consulta à população local, e utilizando critérios e qualificadores que podem ser alheios às formas de vida dos habitantes do entorno do empreendimento.

A ausência das vozes quilombolas na nota técnica do ICMBio demonstra algo fundamental que a exposição deste caso procura evidenciar: a desigualdade de poder entre os envolvidos e a violência e os danos causados àqueles com menos condições de escolha e menos amparo dos órgãos estatais. Algo importante e recorrente, que pode ser vislumbrado com a análise de toda a documentação sobre a negociação, é o detalhamento por parte do Estado dos desejos e interesses da mineradora e absolutamente nenhuma evidência concreta dos impactos presentes e futuros do empreendimento na vida das pessoas do local.

A desconsideração sobre os danos ainda compromete o direito à indenização prevista no Código de Minas (que regulamenta as atividades ligadas à mineração) para proprietários e posseiros nas áreas abrangidas pela pesquisa mineral que deve ser paga antes da sua realização.

DANOS IMATERIAIS E A VIOLÊNCIA DO PROCESSO

Os danos imateriais são aqueles que afetam valores precípuos da coletividade e a ela ligados, tais como a qualidade de vida, a saúde, o sossego, os valores culturais, históricos e paisagísticos. Esse dano não tem repercussão no mundo físico, material, é de cunho subjetivo, à semelhança do dano moral individual.

É interessante notar que nenhum dos documentos do inquérito traz qualquer informação ou evidência sobre os danos imateriais, que ganham importância no procedimento a partir da recomendação do Ministério Público Federal em outubro de 2014. O documento que consta a recomendação chamava a atenção para que fossem avaliados os chamados “danos imateriais” dos estudos de detalhamento geológico na vida dos habitantes do entorno dos platôs e impunha como condicionante a realização desse estudo antes da retomada das pesquisas geológicas e dos estudos de impacto ambiental. Tal recomendação gerou, posteriormente, uma das controvérsias importantes entre os atores envolvidos. Durante um longo tempo da negociação, a MRN se recusou a realizar tais estudos, propondo que fossem realizados concomitantemente aos estudos geológicos. Até o momento, o estudo não foi realizado.

Novamente, o único documento governamental que traz alguma evidência direta sobre o que poderia ser considerado um “impacto imaterial” é a nota técnica do ICMBio citada no item anterior.

O primeiro tipo de impactos listados está relacionado às possíveis modificações no cotidiano dos moradores, provenientes da geração de ruídos, circulação de pessoas “de fora” e observação da movimentação causada pelo trabalho na mineradora (ICMBio, 2014: p. 08). Esses prováveis impactos não estão qualificados no documento. O segundo tipo de impacto listado como possível é a “ansiedade e angústia” relacionadas ao trabalho da mineradora. Elas poderiam estar relacionadas “com a incerteza sobre a titulação dos territórios” (idem). Sobre a angústia e ansiedade, o documento qualifica que “são reais, de significância marginal e tendem a progredir caso territórios reivindicados não sejam titulados e o licenciamento avance, isto é, conceda-se a licença prévia” (ICMBio, 2014: p. 08). Mais uma vez, tal como no que diz respeito aos impactos materiais, a nota técnica argumenta sobre a natureza do impacto imaterial sem a investigação devida, com critérios arbitrários e alheios ao contexto local e, sobretudo, sem dar voz a um dos lados envolvidos no caso.

“A gente era acostumado a viver na tranquilidade, hoje não mais” : a pressão e o constrangimento

Além desses impactos e danos imateriais mencionados pela nota técnica do ICMBio, lendo a documentação sobre o caso reunida em maior parte pelo Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000480/2012-81, instaurado em 2012 pelo Ministério Público Federal para a apuração de irregularidades no processo, é possível depreender outras possibilidades que ainda não foram devidamente averiguadas e sobre as quais não foram ouvidas as vozes dos quilombolas.

A primeira delas está relacionada ao número elevado de reuniões: as de caráter informativo; as que tratam da negociação com a mineradora quando os estudos foram interrompidos; e aquelas ligadas ao planejamento e à execução da consulta livre, prévia e informada para a continuidade dos estudos. Essas reuniões significaram uma mudança na rotina e na vida das comunidades e comunicam a enorme pressão que sofreram durante a negociação do impasse com a MRN.

As reuniões foram realizadas em diversas localidades: no escritório da mineradora, nas comunidades, na sede da Fundação Cultural Palmares, em Brasília, na Procuradoria Geral da República em Santarém. Para se ter uma ideia da quantidade de reuniões, um conjunto de atas presente na documentação, que abarca o período de outubro de 2012 até julho de 2014, totaliza 22 reuniões: quase duas por mês durante quase dois anos.

Há de se considerar que as comunidades ficam distantes umas das outras e que o local onde moram os quilombolas fica muito longe dos centros urbanos. É interessante notar que o número

de reuniões aumenta de forma muito significativa a partir do início de 2014, quando a licença para a realização dos estudos geológicos foi suspensa. Nos anos de 2012 e 2013, as reuniões eram mais esparsas e, como já salientado, exclusivamente de caráter informativo. Em nenhuma delas aparece a possibilidade de consultar as comunidades e associações quilombolas sobre as atividades e os empreendimentos futuros da mineradora.

Em 2014, no período de janeiro a outubro, foram realizadas 16 reuniões. Algumas delas, além de quilombolas e da mineradora, contaram com a presença de órgãos e representantes estatais. Todas as reuniões tratam especificamente dos interesses da mineradora e não há nenhuma ata de reunião sequer que discorra exclusivamente sobre as demandas quilombolas perante o Estado. Essas demandas estão relacionadas à titulação de terras (o Incra, órgão responsável pela questão no Brasil, sequer participou de uma reunião durante os anos de impasse com a mineradora) e de melhoria de políticas públicas básicas. Nota-se, portanto, grande disposição e interesse dos órgãos estatais de resolver o impasse com a mineradora, inclusive daqueles que em tese deveriam defender os direitos dos quilombolas perante o Estado; e nenhuma iniciativa para tomar medidas diante das necessidades e demandas apresentadas pelos quilombolas.

É possível averiguar na documentação do Inquérito Civil Público que os quilombolas, em um contexto de extrema disparidade de poder e voz, enxergaram nesse diálogo e nessa negociação com a mineradora a possibilidade de tentar resolver os impasses relativos à regularização fundiária e às demandas de melhora ou implantação de serviços públicos, que são obrigações estatais e não têm nenhuma relação com a mineradora.

Outro dado que revela o conjunto de atas é que a maior parte das reuniões realizadas para a discussão do assunto foi com a presença de funcionários da MRN. Em nenhum momento houve uma reunião exclusiva com os quilombolas e todos os órgãos estatais envolvidos no caso, como Ibama, ICMBio, Fundação Cultural Palmares e Incra, sem a presença de pessoas ligadas à mineradora.

Essa quantidade de reuniões para discutir assuntos relativos aos interesses de somente um dos atores envolvidos na questão (a mineradora) e a presença do principal interessado em absolutamente todas as reuniões, principalmente naquelas com os órgãos e representantes estatais, dá elementos para se supor a enorme pressão e constrangimento que sofreram os quilombolas durante a negociação com a MRN. Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de consulta livre, prévia e informada foi enviesado por tais pressões e constrangimentos e que os quilombolas foram incumbidos de dizer “sim” ou “não” sem o devido respaldo por parte dos atores estatais que estavam claramente voltados a resolver as demandas do lado oposto da negociação.

A documentação do inquérito civil público, especialmente as atas de reuniões, e outras fontes de informação sobre o caso também revelam situações mais factuais e evidentes da pressão e do constrangimento que podem ter sofrido os quilombolas durante a resolução do impasse com a MRN. Trazem ainda indícios de outros possíveis impactos ou danos que podem ser inseridos no âmbito da “imaterialidade”, ou seja, que afetam a vida das comunidades, as relações sociais internas dessa população e as formas como concebem a boa vida ou uma vida tranquila.

SOB A PRESSÃO DA URGÊNCIA: NEGAÇÃO DO DIREITO A CONSTRUIR O CONSENSO E EVITAR O CONFLITO

As evidências que serão aqui abordadas estão em grande parte inscritas no conteúdo das atas das reuniões com a mineradora e com representantes dos órgãos estatais. Pode-se notar, na análise documental do inquérito, principalmente depois que o processo de consulta foi posto como uma condição para a continuidade dos estudos de detalhamento geológico, que há um grande empenho da mineradora e dos órgãos estatais envolvidos para que o assunto seja resolvido e a consulta seja realizada da forma mais breve possível.

A pressão para a tomada de decisão e o constrangimento podem ser vislumbrados na elaboração do processo de construção da consulta livre, prévia e informada. Nota-se, no conjunto das atas das reuniões, que em alguns momentos da negociação houve claro desrespeito aos processos decisórios locais. Houve também coerção por parte dos defensores dos interesses da mineradora para apressar e enviesar a decisão dos quilombolas. A urgência em resolver o caso não propiciou a eles o tempo necessário para tomarem suas decisões, de acordo com suas formas de estabelecer entendimento e consentimento sobre as questões que envolvem as comunidades como um coletivo diante do Estado e de segmentos externos, tais como a MRN.

Especificamente sobre as formas de tomada de decisão entre quilombolas de Oriximiná, há o artigo da antropóloga Julia Sáuma (2015). Segundo ela, na maior parte dos casos, essa população não toma decisões através de votação direta ou indireta por maioria. Em seus processos decisórios, os quilombolas buscam sempre “a construção de um consenso constituído de unanimidade”, para evitar o conflito e a discordância de opiniões que, do ponto de vista dessa população, atua contra o bem-estar coletivo e a vida tranquila. Este é um ponto importante ressaltado pela autora: há por parte dos quilombolas a consciência de que, para o bem-estar, deve haver a preponderância do que entendemos como “coletividade” sobre aquilo que as sociedades ocidentais categorizam como “indivíduo”. Desse modo, a unanimidade e o consenso são fundamentais e devem ter o prazo devido para serem construídos.

Outro ponto que chama a atenção é que muitas reuniões voltadas ao esclarecimento da população quilombola sobre o impasse com a mineradora, e sobre como seria realizada a consulta livre, prévia e informada, acabaram se tornando uma consulta direta. Em certas ocasiões, o constrangimento coagiu os presentes nas reuniões a tomarem uma decisão em um momento que não foi destinado a tal objetivo.

Para exemplificar e evidenciar esse processo de pressão e constrangimento será tratado o conteúdo de uma ata de reunião, ocorrida em 17/05/2014, que teve a presença, além de quilombolas e funcionários da MRN, do prefeito e vice-prefeito do município de Oriximiná; de representante da Câmara Municipal desse município; do ICMBio de Porto Trombetas; e da Fundação Cultural Palmares.

A reunião visava discutir “o processo de titulação das Terras Quilombolas e também a realização dos estudos socioeconômicos e do componente quilombola no processo de licenciamento ambiental das zonas central e oeste da MRN” (p. 01). Algo importante de ressaltar, primeiramente, é que em nenhum momento da ata está explicitado que a reunião estava destinada a uma tomada de decisão por parte dos quilombolas sobre as atividades da MRN, dizia apenas que era uma reunião informativa. Segundo um dos representantes da Fundação Cultural Palmares, a reunião tinha “a importância de que o público presente possa ter todas as informações necessárias para o esclarecimento em relação à realização de estudos socioeconômicos e do componente quilombola no licenciamento ambiental das zonas Central e Oeste da MRN” (p. 02).

A ata informa que a primeira parte da reunião foi dedicada a discutir os procedimentos legais sobre os processos de titulação das Terras Quilombolas. Sobre esse assunto, a discussão é meramente informativa e não são acordados quaisquer procedimentos ou encaminhamentos futuros para a resolução da questão, mas são explicitados os entraves e os papéis dos representantes públicos nesses processos.

Após essa discussão, passam a ser tratados os interesses e demandas da MRN. São abordados os procedimentos a serem cumpridos para o licenciamento ambiental das áreas pretendidas pela mineradora e dos estudos de impacto ambiental. A representante da empresa argumenta que a MRN “espera conseguir o apoio das comunidades para iniciar os estudos ambientais no dia primeiro de julho de 2014” (pp. 06 e 07).

É interessante observar na ata que ocorre a tentativa de definir, antes da consulta livre, prévia e informada, os encaminhamentos para a resolução daquilo que tange os interesses e demandas da empresa. A representante da mineradora argumenta que “a MRN conta com a parceria das

comunidades para que juntos possamos trabalhar para o desenvolvimento da região e melhoria da qualidade de vida das comunidades quilombolas” (p. 08). Um dos representantes da Fundação Cultural Palmares “complementou que as comunidades devem promover um diálogo com os técnicos da empresa, de forma a assegurar a ótica dos quilombolas nesse processo” (p. 08).

A ata evidencia que, em determinado momento da reunião, outro representante da Fundação Cultural Palmares tomou a palavra e “perguntou então se as comunidades aceitam que a MRN faça seus estudos de pesquisa ou não” (idem). As informações presentes na ata mostram que, a partir desse instante, a reunião muda de sua finalidade informativa para a consulta direta. Diante dessa nova demanda, representantes de comunidades da Área Trombetas 1 (uma das Terras Quilombolas) argumentam que as respectivas comunidades só irão tratar da questão após a titulação das terras (pp. 08 e 09).

Diante do posicionamento dos representantes das comunidades da área Trombetas 1, um dos representantes da Fundação Cultural Palmares argumenta que as informações tratadas devem ser levadas para as comunidades para estabelecer-se uma definição sobre a questão (p. 09). Logo após o posicionamento de parte dos quilombolas, representantes da área Trombetas 2 (outra Terra Quilombola), mais próxima da cidade de Porto Trombetas, sede da MRN, dizem que concordam com a realização dos estudos.

Diante do impasse e da discordância, um dos representantes do ICMBio “manifestou a preocupação de estar havendo um ruído na comunicação e voltou a destacar que os processos de licenciamento e de titulação são coisas diferentes e atrelar uma coisa à outra não vai resolver nada” (p. 09). O prefeito de Oriximiná também tomou a palavra e disse que tais considerações do representante do ICMBio são importantes e “que é preciso ser parceiro nesse momento, que a MRN tem sido parceira da sociedade local e é necessário pensar numa forma de chegar a um acordo, pois a empresa não tem a competência para resolver o problema da titulação” (idem).

Após tais considerações, os presentes na reunião são chamados a votar. Na votação a ata informa que 80 habitantes da Área Trombetas 1 votaram a favor da continuação dos estudos, dez pessoas contra e duas abstenções (p. 10).

A descrição em detalhes dessa ata de reunião demonstra, sem nenhuma dúvida, a pressão e o constrangimento dos quilombolas no processo de negociação. Primeiramente, pode-se notar que a reunião é anunciada com a finalidade de esclarecer a população quilombola sobre a negociação em questão e depois se coloca como uma ocasião para a tomada de decisão acerca dos interesses da mineradora. A demanda da titulação, entretanto, não toma essa direção e fica limitada somente

ao caráter informativo; nenhum encaminhamento futuro para a resolução da questão é acordado pelos representantes estatais presentes.

Em segundo lugar, nota-se a ausência do órgão responsável pela resolução da demanda da regularização fundiária, o Incra, e de um dos representantes estatais que estava defendendo os quilombolas na negociação, o Ministério Público Federal. Em terceiro, evidencia o isolamento dos quilombolas frente à tomada de partido dos representantes estatais na defesa dos interesses do lado mais poderoso da negociação.

Por fim, há evidências de que houve coerção dos representantes estatais para que uma decisão fosse tomada, mesmo em um cenário de clara discordância entre as comunidades sobre a questão e antes da consulta livre, prévia e informada ser planejada e realizada. A tomada de decisão nesse caso, diante do claro posicionamento dos representantes estatais a favor dos interesses da MRN, teria pouco espaço para ser contrária à que foi tomada.

A documentação evidencia que esses acontecimentos foram informados ao Ministério Público Federal por lideranças das áreas Trombetas 1 e 2, com o apoio registrado em documento de agosto de 2014 de movimentos sociais e organizações apoiadoras dos ameaçados por empreendimentos de mineração.

De forma semelhante, as atas das reuniões do GT Quilombo, criado pela MRN para dialogar com lideranças quilombolas, mostram que as reuniões se transformavam em consulta direta. Muitas delas terminam com a frase “concordamos com a realização dos estudos”:

“– Quando comecei a participar, achei que era pra discutir sobre a mineração. Mas eles só falavam dos benefícios que iam trazer pra quem apoiasse a mineração – contou a líder da ARQMO, Claudinete Cole de Souza, 36 anos – Causou muita discórdia, e, no fim, a gente pensa no futuro. Como é que o nosso povo vai ficar depois disso tudo? – indagou com alguma melancolia na voz” .

FRAGMENTAÇÃO INTERNA E CONFLITO COMO REFLEXOS DA DEPENDÊNCIA/INDEPENDÊNCIA

Outro impacto ou dano de natureza imaterial que pode se depreender pela análise da documentação é a fragmentação interna e a discordância da população quilombola acerca da melhor decisão a ser tomada no impasse com a mineradora. Essa discordância parece ter estreita relação com as diferentes formas de se relacionar com a empresa, por parte dos quilombolas das comunidades da Área Trombetas 2 e das mais distantes, da Área Trombetas 1.

As comunidades da Área Trombetas 2, pela maior proximidade, possuem uma relação mais intensa e dependente com a mineradora. A MRN possui alguns projetos que denomina de “responsabilidade social” nessas comunidades e lhes assegura acesso a seu hospital. Além disso, grande parte dos habitantes das comunidades está inserida na rede de empregos, via cooperativas locais, que são oferecidos por setores terceirizados interligados às atividades da mineradora na região. Esses empregos são fundamentais, em um contexto em que há poucas opções de trabalho remunerado.

Segundo a reportagem da Agência Pública, há “cerca de 150 moradores locais que dão expediente na mineração. Eles representam mais de 90% dos trabalhadores que vivem na (comunidade) Boa Vista. Atuam, sobretudo, em cargos de baixa remuneração, como limpeza, manutenção e serviços gerais. A maioria é contratada por empresas terceirizadas, num sistema cooperativista que livra o patrão do pagamento de férias, décimo terceiro e recolhimento de Fundo de Garantia (FGTS). Em média, de acordo com depoimentos dos trabalhadores, eles recebem R\$ 42,60 por diária, ou R\$ 900 por um mês completo de trabalho (a MRN afirma pagar entre R\$ 65,79 e R\$ 84,95 por dia)” .

Essa dependência – ela mesma um impacto da mineradora – acontece em menor escala nas comunidades da Área Trombetas 1, que obtêm renda através das atividades de subsistência, especialmente do extrativismo vegetal de castanha e do óleo da copaíba.

A documentação traz várias evidências dessa discordância, assim como da fragmentação interna da população a respeito da melhor decisão a ser tomada. Uma delas é um ofício de 17 de setembro de 2014 da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), enviado ao Ministério Público Federal, por parte de algumas lideranças quilombolas, no qual elas se abstêm do plano de consulta para a continuidade da realização dos estudos da MRN e requerem que a consulta seja realizada somente na fase de licenciamento do empreendimento.

É interessante notar que, nos meses de julho a setembro de 2014, há registros na documentação de diversas reuniões nas quais os quilombolas acordam com o Ministério Público Federal sobre a realização da consulta e se propõem a planejar como ela seria realizada. Em período seguinte ao envio desse ofício, há documentos que informam que outras lideranças quilombolas se manifestaram contra essa requisição, que acabou sendo negada pela Procuradoria da República do Município de Santarém, em despacho sem número de 14 de outubro de 2014.

Essas tensões e discordâncias não cessaram nos anos seguintes e continuam até o presente momento. Em 20 de janeiro de 2015, lideranças da ARQMO e de outras associações encaminha-

ram ofício ao Ministério Público Federal, autorizando a continuidade dos estudos e considerando o processo de consulta já feito. A realização da consulta foi ratificada pela Fundação Cultural Palmares em outubro do mesmo ano.

Já em abril de 2016, um documento assinado por mais de 200 quilombolas pede mais tempo para a tomada da decisão, argumentando que o consenso ainda não havia sido atingido. O documento também questiona a agilidade dos órgãos estatais quanto à resolução da situação com a mineradora e a morosidade quanto à legalização fundiária requisitada por eles há mais de uma década. Denunciam também a pressão da empresa e da Fundação Cultural Palmares e apontam as divisões internas geradas pelo processo: “as promessas de emprego foram feitas para dividir os comunitários e pressionar as lideranças a aceitar o estudo”. No mesmo mês, a Procuradoria da República do Município de Santarém pediu a suspensão da nota técnica da Fundação Cultural Palmares que atestava a realização da consulta, suspensão que foi obtida em maio de 2016. Em julho, o Ibama ignorou a decisão da Fundação Cultural Palmares e concedeu a autorização para a continuidade dos estudos, especialmente do levantamento de fauna. Os estudos de detalhamento geológicos permanecem até o momento interrompidos.

DESIGUALDADE DE PODER COMPROMETE A LIVRE CONSULTA

Algo fundamental, que demonstra de modo irrefutável a desigualdade de poder nesse impasse, é que os quilombolas partem para negociar com a MRN, exigindo como contrapartida aos interesses da mineradora itens que são obrigações meramente estatais, como a titulação das terras e a melhoria de serviços básicos de saúde e educação. A mineradora, por sua vez, embora saliente na comunicação com os quilombolas que não poderia tratar de tais demandas diretamente, se limita ao apoio logístico a reuniões dos quilombolas com representantes estatais ligados a tais demandas e a oferecer empregos temporários e precários, sem nenhuma garantia trabalhista.

Nem a mineradora nem os agentes estatais propõem em nenhum momento que a negociação seja realizada em maiores condições de igualdade. Isso significaria o atendimento pelo Estado das demandas quilombolas, em especial a titulação das terras e, obviamente, a compensação financeira a ser paga pela bauxita retirada do território tradicional. Contudo, a titulação das terras onde se encontra o minério parece ser algo pouco interessante para a mineradora e para órgãos e representantes estatais que se beneficiam financeiramente das atividades da MRN.

Por um lado, como parte da lavra ocorreria em uma área com proprietários, a mineradora teria que negociar diretamente com as comunidades. São raros os casos de negociação e pagamento

de indenização por parte de grandes empreendimentos em caso de propriedade coletiva da terra, o que significaria, sem dúvida, um empecilho para a MRN. Por outro lado, há os interesses dos órgãos estatais. O ICMBio perderia, com a titulação, as indenizações referentes à derrubada ou supressão de vegetação no perímetro da Flona Saracá-Taquera.

De acordo com a reportagem “A guerra secreta pela Bauxita”, da Agência Pública, “segundo a Comissão Pró-Índio, ONG que desde a década de 1980 atua em parceria com os negros do rio Trombetas, há ainda 33 mil hectares passíveis de ser minerados (e de mata a ser derrubada) no território reivindicado pelos quilombolas. Tomando como referência a avaliação do platô Monte Branco (que rendeu ao ICMBio R\$ 73.285.394,36 pagos de indenização), essa mata valeria aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Quase três vezes o orçamento total do ICMBio para este ano (2016), que é de R\$ 546 milhões”. Além disso, sendo proprietários, os quilombolas teriam, com menor pressão governamental, maior poder de negociação, e poderiam dificultar ou negar a possibilidade de a extração de bauxita ocorrer nas áreas localizadas em seu território tradicional. Caso a MRN não retire a bauxita dos platôs inseridos no território dos quilombolas, isso significaria que permaneceria no local por menos tempo, o que se desdobraria na redução de impostos pagos aos governos.

Pode-se notar, portanto, que é interessante aos atores do polo mais poderoso tornar o cenário da negociação extremamente desigual e relegar aos quilombolas a proposição de demandas com que a mineradora não possui nenhum compromisso formal ou sobre as quais não tem nenhum poder de influência ou interesse em solucioná-las.

Esse aspecto pode ser vislumbrado pelas demandas dos quilombolas apresentadas na negociação com a MRN. Em uma das atas de reunião, realizada em 23 de maio de 2014, há um levantamento de todas as demandas dos quilombolas apresentadas à MRN e consideradas prioritárias. Embora a ata coloque tais demandas em termos de “responsabilidade social” da empresa com as comunidades (p. 01), no contexto em que foi formulada, elas podem ser também compreendidas como a contrapartida exigida para a continuidade da realização dos estudos de detalhamento geológico. Dentre os quinze itens apresentados, nove deles poderiam ser inseridos no cerne das obrigações meramente estatais. Estão relacionados ao processo de titulação das terras e à melhora e ao incremento de serviços de saúde, educação, transporte e reformas de infraestrutura. Como salienta a Procuradoria da República do Município de Santarém, em despacho sem número de 14 de outubro de 2014, “as políticas públicas oferecidas a essas comunidades são reduzidíssimas, criando uma relação de dependência daquelas, para a subsistência material, para com o empreendedor que explora recursos naturais presentes nas terras constitucionalmente destinadas às comu-

nidades tradicionais que nelas vivem” (p. 09).

Nesse sentido, é possível depreender as condições em que ocorreu a negociação do impasse entre quilombolas e MRN. De um lado, uma grande mineradora com grandes empresas nacionais e multinacionais associadas a ela, que planeja a expansão de lavra em uma área onde está estabelecida uma população tradicional e que é ao mesmo tempo uma unidade de conservação federal. A expansão das atividades significa continuidade por mais algumas décadas dos lucros das grandes empresas, geração de empregos e grande valor de arrecadação de impostos para governos e para o órgão estatal responsável pela unidade de conservação em questão. Do outro lado, os quilombolas, uma população que depende de modo fundamental dos recursos naturais presentes em seu território tradicional e que não conta com serviços básicos de saúde, educação, comunicação, transporte, etc.

Essa desigualdade de poder se reflete, sem dúvida, em violência, pois os quilombolas são obrigados a negociar e posteriormente realizar a consulta livre, prévia e informada, tendo como ponto de partida a invisibilidade diante do Estado e a impossibilidade, ao contrário da mineradora, de ter voz ativa e ter atendidas suas demandas pelos órgãos e representantes estatais. Com efeito, não é difícil pressupor que uma relação de dependência e submissão pode ser criada nesse tipo de negociação. Como afirma o despacho citado acima, há nesse contexto um “círculo vicioso instaurado”, pois “não são exercidos direitos de participação política porque não existe suporte material mínimo que garanta direitos sociais básicos, e não existe atenção aos direitos sociais porque os direitos políticos de participação não são devidamente exercidos” (idem).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios*. 2ª ed. Belém: Cejup/UFGA-NAEA, 1998.
- ANDRADE, Lúcia M.M. de. “Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico”. In: *Revista de Antropologia*, volume 38, n.1. São Paulo, 1995.
- _____. *Terras Quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças*. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2009.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe Anual 2015-2016: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Reino Unido, 2015.
- BARBOSA. Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores, Gustavo Gomes de Freitas, Monica Dowbor, Ricardo L. C. Amorim (et al. Alexandre de Freitas Barbosa (org.) 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012
- BELLUZZO, L.G. “Dialética do ilusionismo”. *Carta Capital*, 2006. Disponível em <http://www.uniblog.com.br/sergiosilva/95896/dialetica-do-ilusionismo.html>. Acesso em 20 março 2016.
- BRASIL. *Mapa do encarceramento: Os jovens no Brasil*. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2015.
- CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo. “Nota técnica: Vidas perdidas e racismo no Brasil”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 10. Brasília, novembro de 2013.
- CIMI. *Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014*. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha*. Brasília, 2015.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo – Brasil 2014*. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]. CPT Nacional, 2014.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. “Estudos Geológicos em Terras Quilombolas - Considerações sobre potenciais impactos”. São Paulo, outubro de 2014.
- _____. Sítio eletrônico: www.cpis.org.br
- _____. Sítio eletrônico: www.kilombo.org.br
- COSTA, Laura Gil; MACHADO, Carla; ANTUNES, Rute. “Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade”, In: *Psychologica*, 1, pp. 215, 2011.

DATASENADO. *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Brasília: Senado Federal, 2013.

DAVIS, Angela. “How gender structures the prison system”, in: DAVIS, Angela. *Are prisons obsolete?*. Nova York: Seven Stories Press, 2003.

ÉNOIS – INTELIGÊNCIA JOVEM. “Menina pode tudo - Como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E?”. Énois, Instituto Vladimir Herzog, Instituto Patrícia Galvão, 2015. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/06/ENOIS_meninapodetudo2015.pdf

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. “Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo – 2009”, In: *Latitude*, vol.7, nº1, pp. 13-32, 2013.

FAO. Inclusão Produtiva e Transferência de Renda na superação da pobreza rural IN: Superação da Fome e da Pobreza Rural: iniciativas Brasileiras. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) Brasília, 2006

FAVARETO, Arilson. *Agricultura Familiar: ruralidade, territórios e políticas públicas no Brasil Contemporâneo*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2015.

FUNES, E. A. *Nasci nas matas nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1995.

GOMES, Ana Paula Portella. *Como morre uma mulher? Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”, In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, V. 26, n.1. São Paulo, 2014.

IBGE. “Suplemento de vitimização e justiça da PNAD 2009”. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao_acesso_justica_2009/default.shtm

_____. “Suplemento de vitimização e justiça da PNAD 1988”.

ICMBIO. “Nota Técnica nº 07/2014/ICMBIO Trombetas/CR3/ICMBIO/MMA”. Porto Trombetas, 2014.

INFOPEN MULHERES. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça, Brasília, 2014

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. “Violência contra a mulher: o jovem está ligado?”. Instituto Avon/Data Popular, 2014. Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/DATAPOPULAR_AVON_violenciajovens.pdf

_____. “Violência contra a mulher no ambiente universitário”. Instituto Avon/Data Popular, 2015. Disponível em:

http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf

IPEA. “Anexo Estatístico da População Negra”, in: *Anexo Estatístico das Políticas Sociais – Acompanhamento e análise*, n. 22, Brasília, 2014.

_____. “Nota Técnica nº10: Vidas Perdidas e Racismo no Brasil”. Brasília, 2013.

KERGOAT, Danièle. “O cuidado e a imbricação das relações sociais”, In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo ed., 2016

LAMARCA G, Vettore M. “A nova composição racial brasileira segundo o Censo 2010” [Internet]. Rio de Janeiro: Portal DSS Brasil; 2012 Jan 21. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/?p=8005&preview=true>

MARTINS, Marco Antônio; FERDANDEZ, Oswaldo; NASCIMENTO, Érico do. “Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências”, *Fazendo o Gênero*, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Conflitos Fundiários e Violência no Campo IN: Conflitos no Campo – Brasil 2014* [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.

MELO, Hildete Pereira; SABBATO, Alberto Di. “Gênero e Trabalho Rural 1993-2006”, In: BUTTO, Andrea (org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

MELLO, Luiz; AVELLAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniella, “Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil? ”, In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. 27, n. 2, 2012.

MICHAUD, Y. *A violência*. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Inquérito Civil Público 1.23.002.000480/2012-81/Santarém, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. *Despacho sem número*. 14 de outubro de 2014.

SPM. “Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180: Balanço de 2006 a 2015”. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015.

ONU MUJERES. *Informe Anual 2011-2012*. Nueva York, 2012.

ONU MULHERES. *Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*. Brasília: ONU Mulheres, 2016.

PAIXÃO, Marcelo. *Desigualdades de cor ou raça nos indicadores de mortalidade materna no Brasil: evidências empíricas recentes*. Brasília: Unifem (artigo inédito), 2009.

PASINATO, Wania. “Femicídio e as mortes de mulheres no Brasil”. *Cadernos Pagú* (37), julho-dezembro de 2011.

PÚBLICA - AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO. “A guerra secreta pela bauxita. 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/08/a-guerra-secreta-pela-bauxita/>

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. 2ª Ed. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

SAUMA, J. F. “Consenso Unânime: Movimentos pela tranquilidade e a sobreposição de pensamentos entre os Coletivos Quilombolas de Oriximiná”, In: Grupioni, D. F.; Andrade, L. M. M. de (Orgs.). *Entre Águas bravas e mansas: Índios e quilombolas em Oriximiná*. 1ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo & Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2015.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. “Cartilha Digital Balanço do Disque 100”. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

WASELFIZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf

_____. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Flacso, ONU Mulheres, OPAS/OMS, SPM, 2015. Disponível:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

WASELFIZ, Jacobo. MAPA DA RAÇA COR DA VIOLÊNCIA 2012: A cor dos Homicídios no Brasil Julio Jacobo Waiselfiz – Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO, Brasília: SEPPIR PR, 2012.

WANDERLEY, Luis de Moraes. *Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008.



www.sof.org.br

